População Presente e População Residente segundo o Sexo e Idades através dos Censos

Autora: *Sofia Leite*

- Técnica Superior de Estatística no Departamento de Estatísticas Censitárias e População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística.

Resumo:

Uma das principais dificuldades sentidas por um utilizador de informação estatística é a possibilidade de comparação de dados de longas séries temporais. Tendo em conta este constrangimento, este estudo tem como principal objectivo harmonizar os conceitos de população presente e população residente e os efectivos populacionais das duas categorias, desde o primeiro recenseamento da população. Pretendemos ainda avaliar o grau de qualidade dos dados censitários, aplicando várias técnicas de correcção à ventilação por sexo e idades.

Palavras chave:

Recenseamento, população residente, população presente, idade, índices de qualidade dos resultados censitários.

Abstract:

One of the main difficulties encountered by users of statistical information is the possibility of comparing data in a long time series. Bearing this constraint in mind, the main goal of this study is to harmonise the concepts of present population and resident population with the population figures for the two categories, beginning with the first population census. We further intend to evaluate the quality of the census data by using a number of techniques to correct age and gender breakdown.

Key-words:

Census,resident population, present population, age, quality indices of the censuses results.

Present and resident population by sex and age through the Censuses

INTRODUÇÃO

Uma das principais dificuldades sentidas por um utilizador de informação estatística de longas séries temporais é, sem dúvida, a possibilidade de comparação de dados e a existência de conceitos harmonizados e compatíveis ao longo do tempo.

Sendo um dos principais objectivos dos órgãos produtores de estatísticas a melhoria da qualidade da informação, torna-se premente a definição clara e precisa dos conceitos a utilizar na recolha e tratamento dos dados.

Os Recenseamentos Gerais da População, principal fonte de recolha de dados sobre a repartição e composição da população, não constituem excepção. De facto, os conceitos que apoiam o desenvolvimento do trabalho censitário alteraram-se de modo substancial ao longo das várias décadas e, por outro lado, outros novos foram sendo introduzidos com o aumento da procura de informação.

Com o presente trabalho, pretendemos estudar a evolução dos conceitos de "população presente" e "população residente" através dos Recenseamentos Gerais da População portugueses, com o objectivo de possibilitar uma análise comparativa temporal. Para isso, procedemos à harmonização dos conceitos e dos efectivos populacionais para cada uma daquelas categorias de população, analisando, de seguida, as populações corrigidas.

Tendo em conta o objectivo proposto, este estudo encontra-se dividido em três partes: na primeira analisamos a evolução dos conceitos de população presente e população residente, através dos Censos; na segunda procedemos à tentativa de harmonização dos mesmos conceitos, segundo a variável sexo; finalmente, na terceira examinamos os mesmos conceitos segundo as idades a partir dos dados observados, avaliamos o seu grau de qualidade, apresentando uma tentativa de correcção dos mesmos. Comentamos, por fim, a estrutura etária da população tendo como base os dados corrigidos.

Em termos temporais, são analisados os Recenseamentos Gerais da População realizados em Portugal de 1864 até ao último conhecido, 2001.

1. Evolução dos Conceitos de População Presente e População Residente

1.1. População Presente

A definição da população presente tem variado ao longo do tempo, de país para país, e, nestes, de recenseamento para recenseamento.

As orientações do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas (1853) estabeleceram que os recenseamentos seriam baseados no princípio da população de facto (dado *essencial*), sendo *facultativa* a recolha e tratamento das informações necessárias para se apurar a população de direito. Contudo, no Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo (1872), deliberou-se que seriam consideradas como *essenciais* a população de facto ou presente, a população domiciliada e a população de direito ou legal. Entendeu-se como população de facto ou presente "*o total das pessoas presentes no logar do recenseamento no proprio momento, em que elle se realiza*" (MOPCI, 1890, XVI).

Era comumente aceite o facto da população presente constituir a base dos apuramentos dos recenseamentos não só por ser a que melhor se adaptava à natureza destes, mas também por ser em relação a ela que se recolhiam normalmente os dados relativos às estatísticas do movimento da população. De facto, os casamentos, os nascimentos e os óbitos eram referidos ao lugar em que se verificavam os acontecimentos e só raramente se relacionavam com a residência habitual.

No Censo de **1864**, considerado o primeiro Recenseamento Geral da População realizado em Portugal, que seguiu as orientações do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas, a população de facto tinha constituído a base de desenvolvimento deste. Assim, foram recenseadas não só as pessoas presentes nos distritos, concelhos e freguesias como também os transeuntes e os ausentes, de modo a conseguir-se reconstituir a população de direito ou legal.

Quer em 1864, quer no Censo de **1878**, adaptou-se o mesmo critério, considerando-se como presentes os indivíduos que pernoitassem debaixo do mesmo tecto na noite do recenseamento (31 de Dezembro de 1863 para 1 de Janeiro de 1864 e 31 de Dezembro de 1877 para 1 de Janeiro de 1878). Considerar-se-iam presentes nos boletins das respectivas famílias, todos aqueles que por motivo de desempenho das suas funções passassem a noite fora das suas casas. Por outro lado, seriam excluídos os óbitos ocorridos nessa noite e incluídos os nascimentos.

O conceito da população presente nestes recenseamentos é bastante deficiente, pois para além de ter um princípio geral pouco preciso, admitia-se, para determinados casos específicos, uma presença obrigatória contrária a esse mesmo princípio e igualmente imprecisa. A referência aos óbitos e aos nascimentos ocorridos durante a noite da realização do Censo também não satisfazia, pois contrariava o critério da simultaneidade dos recenseamentos que exigia que a indicação de uns ou de outros fosse limitada pelo momento censitário.

No Censo de **1890**, que seguiu as recomendações do Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo, surge a ligação do conceito de população presente ao conceito de residência habitual, considerando-se como presentes os indivíduos que tendo a sua residência habitual na casa, nela pernoitassem de 30 de Novembro para 1 de Dezembro de 1890, assim como aqueles que tendo a sua residência habitual na casa pernoitassem fora dela sem contudo saírem para fora da respectiva povoação.

Os indivíduos que, em exercício das suas funções, se achassem fora da povoação e não passassem a noite de 30 de Novembro nalguma habitação seriam incluídos no Boletim de Família da casa onde chegassem no dia 1 de Dezembro, assim como os embarcados seriam recenseados no local onde a embarcação ancorasse no dia 1 de Dezembro. Os óbitos ocorridos naquela noite não seriam incluídos, só os nascimentos.

Apesar de alguns progressos relativamente aos recenseamentos anteriores, são notórias as imperfeições do conceito assim expresso. Ao criar-se uma situação diferente para os indivíduos que no momento censitário saíssem ou não da respectiva povoação, surgem dúvidas relativamente a casos idênticos que poderiam ter sido regulados de modo diferente, levantando o próprio conceito de povoação algumas dúvidas e desigualdades de critério. Por outro lado, evitavam-se duplicações ao estabelecer que os indivíduos que caso pernoitassem nalguma habitação, fora da povoação onde tinham a sua residência habitual, deveriam ser recenseados na casa onde chegassem no dia 1 de Dezembro. Mais uma vez, se repete o erro quanto aos óbitos e nascimentos ocorridos durante a noite da operação censitária.

Os recenseamentos seguintes de **1900**, **1911** e **1920** (30 de Novembro para 1 de Dezembro), assentaram num conceito idêntico de população presente. Seriam incluídos na população presente todos os indivíduos, sem excepção, que passassem a noite do recenseamento no fogo (ou suas dependências), além daqueles que tendo passado a noite em viagem, chegassem ao fogo em 1 de Dezembro.

Aparece a distinção formal entre presentes e transeuntes, considerando-se como presentes os indivíduos pertencentes à família e como transeuntes os que não faziam parte da família. Quanto aos óbitos e nascimentos atinge-se finalmente a sua expressão correcta, não os considerando. No entanto, verifica-se um pequeno recuo face ao Censo anterior, relativamente aos indivíduos que chegassem ao fogo no dia 1 de Dezembro, ao substituir a expressão "não passar a noite numa habitação" pelo conceito impreciso de "em viagem".

Com o Censo de **1930** (30 de Novembro para 1 de Dezembro de 1930) surge um conceito mais elaborado de população presente. Eram considerados presentes os indivíduos que passassem a noite do recenseamento no fogo ou estabelecimento, bem como, os indivíduos que não tendo passado a noite no fogo, lá chegassem na manhã do dia 1 de Dezembro.

Falta notória é a ausência de qualquer referência à inclusão ou exclusão dos óbitos e nascimentos relativamente ao momento censitário. Apesar de se continuar a fazer referência aos transeuntes, estes não se confundem com a população presente. Não se verificaram quaisquer ressalvas quanto às situações de possível duplicação, derivadas da segunda parte do conceito, atrás exposto.

Com o Recenseamento de **1940**, a definição de novos conceitos e a maior precisão dos existentes, foi uma das preocupações mais marcantes. A precisão do momento censitário: 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940, é de importância crucial para a correcta determinação da população presente e residente. As instruções que acompanham os boletins passam a referir com clareza que "*não devem ser inscritas as pessoas falecidas antes ou nascidas depois do momento do recenseamento*".

Surge um conceito mais preciso que tenta ultrapassar as deficiências anteriores, salientando-se a sua definição principal: a população presente era constituída pelos indivíduos que fizessem parte da família ou que tivessem a sua residência habitual na convivência e que estivessem presentes na habitação respectiva no momento censitário. De seguida, referem-se várias situações, quer relativamente aos que fizessem ou não parte da família, tivessem ou não a sua residência habitual na convivência, estivessem ou não presentes nesta, surgindo a menção a novas situações relativas aos Censos anteriores, como as referentes aos indivíduos que se encontrassem na via pública, aos indivíduos do corpo diplomático português no estrangeiro ou aos que se encontrassem debaixo da soberania portuguesa, numa tentativa de evitar duplicações.

No que respeita ao Censo de **1950** (15 de Dezembro de 1950), as diferenças relativamente ao Censo anterior não são muito notórias. Para além de, a partir daquela data, desaparecerem as referências aos óbitos e nascimentos, mantendo-se a não inclusão adoptada em 1940, adopta-se o mesmo conceito, sendo este o último Censo que tem por base no apuramento das diferentes variáveis a população de facto ou presente.

O Censo de **1960** (15 de Dezembro de 1960), marco não só de grande qualidade como de inovação relativamente aos antecessores, passa a considerar como população de base a residente, abandonando-se como referência a população de facto ou população presente apesar de continuar a ser contabilizada.

O conceito de população presente apesar de manter o mesmo conteúdo sofreu alteração no que respeita à área geográfica que passou de localidade ou fogo para circunscrição territorial, bem como, a hora de chegada do dia seguinte para ser considerado como presente passar a ser as 9 horas, em vez das 12 horas estabelecidas nos Censos de 1940 e 1950.

No Censo de 1960, para assegurar a comparabilidade com os anteriores, ainda se incluiu um apuramento da população presente segundo o sexo e o estado civil, indicando os presentes não residentes.

O Censo de **1970** (15 de Dezembro de 1970), considerado como uma das operações censitárias portuguesas de mais fraca qualidade, dado ter sido feito quase exclusivamente com base numa estimativa de 20% da amostra, adopta a hora do momento censitário, à área geográfica considerada (circunscrição territorial) e a hora de chegada do dia seguinte (9 horas) do Recenseamento anterior. No que se refere à população presente, foi publicado apenas um apuramento a 100% com o seu total, sem discriminar o sexo, ao nível de lugares.

Tem, contudo, o mérito de especificar no próprio conceito, a inclusão do corpo diplomático ou das forças armadas estrangeiras e respectivas famílias e as pessoas civis estrangeiras, trabalhando ou estudando no país há menos de um ano, visitando o país como turistas, entrando diariamente no país por motivo de trabalho e os passageiros em trânsito no dia do Censo.

De salientar que a partir deste recenseamento os apuramentos relativos à população presente passam a ser ventilados exclusivamente segundo a variável sexo.

Da análise do conceito de população presente do Censo de **1981** (16 de Março de 1981), que seguiu as recomendações internacionais da ONU e da CEE, destaca-se a substituição da unidade circunscrição territorial pela unidade estatística alojamento, devidamente clarificada e definida. Entendeu-se por unidade de alojamento "o *local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação humana, na condição de, no momento do recenseamento, não estar a ser utilizada para outros fins*".

Paralelamente, surge o conceito de "temporariamente presente", reportado aos indivíduos que, não vivendo no alojamento, se encontravam presentes no mesmo à data do momento censitário.

No Censo de **1991** (15 de Abril de 1991), os princípios e critérios fundamentais do conceito em análise mantêm-se, quer no que respeita à fixação do momento censitário e à unidade estatística de alojamento, salientando-se, contudo, o facto de a hora de chegada ao alojamento para ser considerado como presente voltar a ser as 12 horas.

O Censo de **2001** (12 de Março de 2001), último à data, apresenta como principais alterações em relação ao seu antecessor a fixação novamente do mês de Março para a realização da operação censitária. Não existem alterações significativas quanto ao conceito em análise.

Figura 1

Evolução das variáveis Espaço e Tempo no Conceito de População Presente, 1864-2001

Censos	Espaço	Tempo
1864/1878	debaixo do mesmo tecto casa	pernoitassem de 31.XII.1863/1877 para 1.I.1864/1878 os que passassem a noite fora de casa
1890	residência habitual na casa povoação a bordo de qualquer embarcação	pernoitassem de 30.XI. para 1.XII.1890 na casa pernoitassem fora da casa sem saírem da respectiva povoação fora da povoação não pernoitassem noutra casa recenseados no local onde a embarcação ancorasse no dia 1.XII
1900/1911/1920	Fogo (ou suas dependências)	passassem a noite de 30.XI para 1.XII. 1900/1911/1920 que tendo passado a noite em viagem, chegassem ao Fogo em I.XII
1930	Fogo ou estabelecimento	passassem a noite de 30.XI.1930 não tendo passado a noite, lá chegassem na manhã do dia 1.XII
1940/1950	localidade	presentes às 0 horas do dia 12.XII.1940/1950 lá chegaram até às 12 horas do mesmo dia
1960	circunscrição territorial	presentes às 0 horas do dia 15.XII.1960 lá chegassem até às 9 horas do mesmo dia
1970	circunscrição territorial	presentes às 0 horas do dia 15.XII.1970 lá chegassem até às 9 horas do mesmo dia
1981	alojamento	momento censitário (0 horas 16.III.1981) se encontravam presentes mesmo que não residissem
1991	unidade de alojamento	momento censitário (0 horas 15.IV.1991) se encontravam numa unidade de alojamento mesmo que aí não residam não estando presentes, lá chegaram até às 12 horas desse dia
2001	alojamento	momento censitário se encontrem num alojamento mesmo que aí não residam não estando presentes, lá chegarem até às 12 horas desse dia

O Quadro 1 sintetiza a evolução da população presente conforme os respectivos conceitos censitários.

Quadro 1

Evolução do Conceito de População Presente, 1864-2001

PORTUGAL

Censos Data Realização	Evolução do Conceito	População Presente			Observações
		HM	H	M	
1 / Janeiro **1864**	Os indivíduos que pernoitassem debaixo do mesmo tecto na noite de 31 de Dezembro de 1863 para 1 de Janeiro de 1864. Os eclesiásticos, parteiras, magistrados, empregados de vigilância e polícia nocturna, agentes do recenseamento e outros que no desempenho das suas funções passassem a noite fora de casa deveriam ser inscritos nos boletins das respectivas famílias.	4 188 410	2 005 540	2 182 870	Os óbitos ocorridos na noite de 31 para 1 não se incluíam; só os nascimentos
1 / Janeiro **1878**	Os indivíduos que pernoitassem debaixo do mesmo tecto na noite de 31 de Dezembro de 1877 para 1 de Janeiro de 1878.	4 550 699	2 175 829	2 374 870	"
1 / Dezembro **1890**	Os indivíduos que tendo a sua residência habitual na casa e nela pernoitassem de 30 de Novembro para 1 de Dezembro de 1890. Os indivíduos que pernoitassem fora da casa sem saírem da respectiva povoação. Os indivíduos que estando fora da povoação não pernoitassem noutra casa (viajantes, empregados de caminho de ferro, cocheiros, etc.). Os indivíduos que se encontrassem a bordo de qualquer embarcação seriam recenseados no local onde a embarcação ancorasse no dia 1 de Dezembro.	5 049 729	2 430 339	2 619 390	Os óbitos ocorridos na noite de 30 para 1 não se incluíam; só os nascimentos Ligação ao conceito de residência habitual.
1 / Dezembro **1900**	Os indivíduos, sem excepção, que passassem a noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro (1900) no Fogo (ou suas dependências). Os indivíduos que tendo passado a noite em viagem, chegassem ao Fogo em 1 de Dezembro. Consideravam-se como presentes se pertencessem à família, caso contrário, como transeuntes.	5 423 132	2 591 600	2 831 532	Os óbitos ocorridos antes da meia noite de 30 de Novembro ou os nascidos depois dessa hora não deviam ser incluídos.
1 / Dezembro **1911**	Os indivíduos, sem excepção, que passassem a noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro (1911) no Fogo (ou suas dependências).	5 960 056	2 828 691	3 131 365	"
1 / Dezembro **1920**	Os indivíduos, sem excepção, que passassem a noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro (1920) no Fogo (ou suas dependências).	6 032 991	2 855 818	3 177 173	"
1 / Dezembro **1930**	Os indivíduos que passassem a noite de 30 de Novembro de 1930 no Fogo ou estabelecimento. Os indivíduos que não tendo passado a noite no Fogo, lá chegassem na manhã do dia 1 de Dezembro.	6 825 883	3 255 876	3 570 007	Não existiam indicações sobre a inscrição dos nascidos ou falecidos.
12 / Dezembro **1940**	Os indivíduos que se encontravam presentes em cada localidade às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 ou que, não tendo sido dados como presentes a essa hora em nenhuma outra, lá chegaram até às 12 horas do mesmo dia.	7 722 152	3 711 748	4 010 404	Os óbitos ocorridos antes do momento do recenseamento ou nascidos depois não deviam ser inscritos.
15 / Dezembro **1950**	Os indivíduos que se encontravam presentes em cada localidade às 0 horas do dia 15 de Dezembro de 1950 ou que, não tendo sido dados como presentes a essa hora em nenhuma outra, lá chegassem até às 12 horas do mesmo dia.	8 441 312	4 060 266	4 381 046	
15 / Dezembro **1960**	Os indivíduos que se encontravam presentes em cada circunscrição territorial às 0 horas do dia 15 de Dezembro de 1960 ou que, não tendo sido dados como presentes a essa hora em nenhuma outra, lá chegassem até às 9 horas do mesmo dia.	8 851 289	4 237 854	4 613 435	
15 / Dezembro **1970**	Os indivíduos que se encontravam presentes em cada circunscrição territorial às 0 horas do dia 15 de Dezembro de 1970 ou que, não tendo sido dados como presentes a essa hora, em nenhuma outra, lá chegassem até às 9 horas do mesmo dia. Incluía o pessoal diplomático ou das forças armadas estrangeiras e respectivas famílias e as pessoas civis estrangeiras: trabalhando ou estudando no País há menos de um ano; visitando o País como turistas; entrando diariamente no País em trabalho e os passageiros em trânsito no dia do censo.	8 447 790	3 959 895	4 487 895	
16 / Março **1981**	Os indivíduos que no momento censitário se encontravam presentes no alojamento, mesmo que neste não residissem.	9 852 841	4 742 524	5 110 317	
15 / Abril **1991**	Os indivíduos que no momento censitário - zero horas do dia 15 de Abril de 1991 - se encontravam numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegaram até às 12 horas desse dia.	9 865 973	4 743 234	5 122 739	
12 / Março **2001**	Indivíduos que no momento censitário se encontrem num alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegarem até às 12 horas desse dia.	10 148 259	4 862 699	5 285 560	

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Pela análise do conteúdo do conceito de população presente estabelecido nos vários recenseamentos da população verifica-se, em alguns destes, uma ligação do conceito a outros, tais como os de fogo e convivência.

Figura 2

Conceito de Fogo, 1864-2001

Censos	Tipo de Boletim	
1864 **1878/1890** **1900/1911**	Lista de Fogos Boletim de Fogos Rol de Fogos	Estes impressos destinavam-se a recolher indicações acerca das casas habitadas e desabitadas e do nome do chefe da família das primeiras.
1920/1930	Boletim de Fogos	Tinham também a indicação do número de habitações de cada fogo.
1940/1950/1960	Inventário de Prédios e Fogos	Tinham por objectivo a preparação dos recenseamentos (verificação do número de locais de habitação e número provável dos indivíduos a recensear) e a recolha de informações sobre o número e natureza dos prédios e o número de fogos e respectivas divisões.
1970 **1981/1991/2001**	Boletim de Prédio e Boletim de Alojamento Questionário de Edifício e Questionário de Alojamento	Tinham por objectivo a caracterização do parque habitacional do país (alojamentos de famílias e prédios/edifícios).

Censos	Definição do conceito	
1864	Foi considerado fogo ou família o indivíduo ou indivíduos, casados ou solteiros, com filhos ou sem filhos, com ou sem criados, habitando um mesmo recinto em íntima	
1890	Em todos os recenseamentos efectuados tomou-se sempre fogo na acepção de casa ou local habitado por uma só família.	
1940	A divisão ou o grupo de divisões comunicando entre si, que possua uma entrada independente para o exterior (rua, praça, avenida, estrada, caminho público ou particular,	→ Revisão do conceito (separação dos conceitos de fogo e família)
1950	Todo o local apropriado à habitação de uma só família ou convivência.	
1960	O alojamento em prédio destinado (por construção, transformação ou adaptação) à morada de uma só família.	
1970/1981	A divisão ou o conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou uma parte distinta do edifício do ponto de vista estrutural, que, dado o modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a servir de habitação	→ Equiparado ao conceito de Alojamento Clássico
1991/2001	(Substituição do conceito de fogo pelo de Alojamento)	

Censos	Instruções	
1990/1911/ **1920/1930**	Indicam **fogo -** a habitação ou local ocupado por uma só família.	→ Falta de clareza dos conceitos de família e de fogo. **Família** - a pessoa ou grupo de pessoas que viviam num fogo. **Fogo -** a casa ou local em que vivia a família.

Censos	Apuramentos	
1864 **1878**	Equiparou-se o fogo à família.	
1890 **1900**	Apuraram-se o número de fogos e o número de famílias.	→ Os valores são diferentes.
1911 **1920**	Apuraram-se o número de fogos e o número de famílias.	→ Os valores são coincidentes.
1930	Apurou-se apenas o número de famílias.	
1940 **e seguintes**	Apuraram-se o número de fogos e o número de famílias em separado.	

Figura 3

Conceito de Convivência, 1864-2001

Censos			
1864	*Listas especiais* - primeiro ensaio do apuramento *àparte* dos estabelecimentos.		Não se apurou o número de *estabelecimentos contados àparte* nem o número de famílias.
1878	Os indivíduos foram recenseados em Boletins de Família mas não foram feitos apuramentos sobre esta.		
1890/1900/1911	Publicou-se o número de famílias e o número de *estabelecimentos contados àparte* .		De forma imperfeita, correspondia ao conceito de Convivência.
1920/1930	Só foram apuradas as famílias.		
1940	Surgimento do conceito	"Todos os agrupamentos de pessoas que habitem no mesmo fogo de modo permanente ou acidental ou, não o tendo, vivam em comum sob autoridade do mesmo chefe e que não caibam no conceito de família expresso (…), incluindo as embarcações de qualquer natureza".	**Foram excluídas:** as famílias dos directores, comandantes, chefes, donos, professores, guardas, empregados, criados, etc., que vivessem àparte na mesma habitação. **Foram incluídas:** as famílias hospedadas nos hotéis, nas pensões, nas casas de repouso, etc., ou viajando a bordo de navios, ainda que fizessem vida separada.
	O plano do recenseamento incluiu ainda duas **convivências especiais:**	a dos *viandantes*	Indivíduos que, de modo acidental , não tinham habitação.
		a das *pessoas sem habitação*	Indivíduos que, de modo permanente, não tinham habitação.
1950	"Todo o agrupamento de pessoas que, de modo permanente ou acidental, se encontrassem vivendo em comum sob a autoridade do mesmo chefe e por qualquer motivo que não fosse o da vida de família, quer tivesse ou não habitação".		
1960	"O conjunto de pessoas vivendo na mesma unidade de alojamento por motivo que não seja o de vida em família".		**Convivências residenciais:** o conjunto de pessoas vivendo num hotel, pensão ou num alojamento similar, ou ainda as que se encontrassem em embarcações com alojamentos, destinadas ao transporte de pessoas. **Outras convivências:** de educação, de saúde, de assistência, de religiosos, militares, prisões e estabelecimentos similares e outros.
1970	?		Apurou-se o número de Convivências. Integrado no conceito de Unidade de Alojamento.
1981	"Compreendem uma ou mais construções permanentes habitada(s) por um grupo de pessoas, geralmente numeroso, que vivem em conjunto, compartilhando habitualmente as refeições, com um objectivo comum ou interesse geral e geralmente governadas por uma autoridade exterior ou interior a esse grupo".		Integrado no conceito de Alojamento Colectivo
1991/2001	"Conjunto de locais, distintos e independentes, ocupando a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância (acampamento de trabalho) que, pela forma como foram construídos, reconstruídos ou transformados, se destinam a ser habitados por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum, ligadas por um objectivo ou interesses pessoais comuns. Incluem-se neste grupo as instituições de: apoio social (asilo, orfanato), educação (colégio, seminário internato, etc.), saúde (hospital, casa de saúde), religiosa (convento, mosteiro, etc.), militar, prisional e trabalho".		

1.2. População Residente

Nos primeiros recenseamentos, a população residente era determinada a partir da residência habitual. Como já se referiu, foi no Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo (1872) que ficou definida a existência de dois tipos de população residente: a população domiciliada e a população de direito ou legal. A população domiciliada dizia respeito a "*todas as pessoas cujo domicílio habitual é no logar do recenseamento, quer estejam presentes ou ausentes, isto é, a população de facto, addicionadas as pessoas momentaneamente ausentes e deduzidas as que só temporariamente se acham presentes na occasião do recenseamento*". Por população de direito ou legal "*quiz significar-se a que tem o seu domicílio legal no logar do recenseamento*" (MOPCI, 1890, XVII). O domicílio legal era o estabelecido na lei. O interesse no domicílio legal era pouco significativo e, na maioria das situações coincidia com a residência ou domicílio habitual, sendo a sua expressão demográfica quase nula.

Desde logo, se levantou a questão da quase total coincidência da população de direito ou legal com a população de residência habitual. A maioria dos países adoptou para base da população residente, a residência habitual. Assim, tratava-se de determinar a residência habitual, para determinar a população residente, ou seja, o objectivo não era saber se uma pessoa era ou não residente, mas qual a sua residência habitual. Apesar de não ser ideal, esta foi uma maneira de se conseguir informação objectiva, sendo a indicação da localidade ou circunscrição de residência habitual de grande interesse para a realização de estudos sobre as migrações internas e do relacionamento da população residente com a população presente.

Nos dois primeiros recenseamentos, **1864** e **1878**, o conceito estava desligado da residência habitual e aqueles limitavam-se a inquirir se os indivíduos eram presentes, ausentes ou transeuntes. De facto, era a partir da população de facto, adicionando os ausentes e excluindo os transeuntes que se chegava à população de direito ou legal. Porém, a população legal não corresponde exactamente à população residente.

A partir de 1890 considerou-se como população residente, a de residência habitual. Contudo, em nenhum dos recenseamentos foi conseguida uma definição autónoma e precisa.

Salienta-se ainda que, do Censo de 1890 ao Censo de 1930, inclusive, não foram feitos apuramentos da população residente segundo o sexo, disponibilizando-se apenas só o total.

Apesar de nos Censos de **1900**, **1911** e **1920** se ter perguntado se o inquirido tinha o seu domicílio, considerado como residência permanente, na freguesia, não foi definido o conceito de residência permanente, nem foram feitos quaisquer apuramentos.

Deve-se assim ao Censo de **1940** a criação do conceito de residência habitual, incluindo-o, como tal, no plano do seu inquérito. O conceito de residência habitual constava do anexo 5º das *Instruções* para o recenseamento e foi reproduzido nos boletins censitários. Entendia-se por residência habitual o concelho (do continente e ilhas), a colónia ou país, em que o recenseado habitasse a maior parte do ano. O facto de fazer referência ao concelho, colónia ou país assim como à habitação durante a maior parte do ano, delimitou de forma simples e rigorosa o conceito.

Este conceito comportou algumas excepções dados os casos em que a presença durante a maior parte do ano, pelas suas características, não revestia o carácter de residência habitual. Eram estas: os militares que deviam considerar-se como tendo a sua residência habitual nos concelhos ou colónias em que estivessem situados os quartéis, arsenais, fortes, esquadras, postos ou as bases dos navios a que pertencessem; os indivíduos a prestar serviço militar, cuja residência habitual seria no concelho, colónia ou país em que residissem habitualmente as suas famílias; os internados em estabelecimentos de saúde ou internamento, que deviam considerar-se como tendo a sua residência habitual no local onde residissem habitualmente antes daquele ingresso, a menos que este fosse definitivo; os menores de 21 anos não casados nem emancipados, separados das suas famílias por motivo de estudo, aprendizagem ou outro, deviam considerar-se onde residissem habitualmente as suas famílias e os indivíduos cumprindo prisão, que deviam ser considerados como tendo a sua residência habitual no local em que residissem habitualmente as suas famílias, se as tivessem e com elas vivessem, a menos que a pena fosse superior a cinco anos.

O Censo de **1950** não revela qualquer alteração do conceito relativamente ao Censo anterior, considerando como residentes os indivíduos que tinham a sua residência habitual em cada área considerada.

O Censo de **1960** afigura-se de grande qualidade face aos anteriores, trazendo como principal novidade passar a considerar-se como população de base a residente. A alteração advém não só das recomendações internacionais, bem como da maior adequação dessa população aos fins práticos da utilização dos dados apurados. Aliás, desde 1955 que o INE já tinha adoptado a população residente como base dos seus apuramentos demográficos anuais.

Importa salientar a inquirição da residência anterior (15-12-1959) para a precisão da determinação dos fluxos migratórios.

Foi a partir desta data que se começaram a fazer um maior número de apuramentos estatísticos, cruzando a população residente com variáveis como o estado civil, a religião ou a idade.

No Censo de **1970**, cujos apuramentos foram condicionados pelo facto de se basearem numa amostra de 20%, o conceito de população residente manteve-se, considerando-se como tal, os indivíduos que tivessem a sua residência habitual no Continente e Ilhas Adjacentes. É de notar a substituição de "cada área considerada"

pela especificação do “Continente e Ilhas”. Foi publicado em folhetos distritais um apuramento a 100% do total da população residente, sem discriminar o sexo, ao nível de lugar.

Este Censo incluiu como população residente o corpo diplomático ou das forças armadas representantes de Portugal no estrangeiro e suas famílias, o pessoal da aviação civil, marinha mercante e das frotas de pesca que estava a bordo no dia do recenseamento, as pessoas civis nacionais, atravessando diariamente a fronteira por motivo de trabalho e os indivíduos civis estrangeiros que trabalhassem ou estudassem no país há pelo menos um ano.

Tendo beneficiado dos erros cometidos no recenseamento anterior, o Censo de **1981** apresenta algumas alterações no conceito em análise. Segundo este Censo, entende-se por população residente os indivíduos que residissem habitualmente no alojamento, quer estivessem presentes ou temporariamente ausentes no momento censitário.

A unidade estatística considerada passa a ser o alojamento, sendo inédita a divisão entre os “residentes presentes” e os “residentes temporariamente ausentes”. Por residente ausente consideravam-se os indivíduos que, vivendo no alojamento, se encontravam ausentes do mesmo à data do momento censitário; por residente presente consideravam-se os indivíduos que, vivendo no alojamento, se encontravam presentes no mesmo à data do Recenseamento.

Das questões tratadas, há ainda a salientar as referentes à residência anterior (31 de Dezembro de 1979 e 31 de Dezembro de 1973), pois permitiram avaliar o retorno de portugueses de África e o regresso de emigrantes, na década de setenta. Estas informações são imprescindíveis como base para a realização de cálculos fundamentais, tais como as estimativas intercensitárias da população. Há, também, a realçar a inquirição do “local de trabalho ou estudo” da população residente presente, informação vital para se observar as migrações pendulares relativas ao concelho de residência.

No Censo de **1991**, o conceito de população residente é reiterado, revelando apenas umas ligeiras alterações ao substituir a “residência habitual no alojamento” por “estarem presentes ou ausentes numa unidade de alojamento e aí habitarem a maior parte do ano com a família ou deterem a totalidade ou a maior parte dos seus haveres”.

Os momentos referentes à inquirição da residência anterior passaram a ser 31 de Dezembro de 1985 e de 1989.

Mais uma vez, e no que respeita à situação perante a residência, são apresentados os critérios adoptados para definir algumas situações particulares, tais como a dos indivíduos que possuíssem mais do que um local de residência, os indivíduos que vivessem fora da residência familiar por razões de trabalho, os indivíduos que cumprissem o serviço militar obrigatório, os internados em estabelecimentos de saúde, os reclusos, os estudantes que vivessem em internatos, os viajantes, os indivíduos que vivessem em estabelecimentos de apoio social, os nómadas, o pessoal diplomático nacional, entre outros.

No último Censo efectuado, o de **2001,** mantém-se no essencial o conteúdo do conceito de população residente, relativamente ao seu antecessor, com excepção para o facto de se deixar de precisar o momento censitário.

Relativamente às situações especiais de observação de residência, é de salientar a inclusão dos sem-abrigo, junto com a população nómada, como residentes no local onde se encontrassem no momento censitário; a população embarcada passar a ser considerada residente no local onde as famílias residissem se ausente há menos de 1 ano (e não 6 meses, como no censo anterior); e, os estudantes que vivessem longe da família serem contabilizados como residentes no local onde habitasse a respectiva família se não excercessem uma actividade remuneratória, caso contrário, passavam a ser considerados residentes no alojamento onde vivessem.

O local de residência anterior foi observado relativamente a 31 de Dezembro dos anos de 1995 e 1999.

A variável tempo nunca é especificamente referida no conceito de população residente nos vários recenseamentos da população.

Figura 4

Evolução das variáveis Espaço e Tempo no Conceito de População Residente, 1864-2001

Censos	Espaço	Tempo
1864/1878	-	-
1890/1900/1911/1920/1930	residência habitual	-
1940/1950/1960	residência habitual em cada área considerada	-
1970	residência habitual no Continente ou nas Ilhas Adjacentes	-
1981	residem habitualmente no alojamento	-
1991	unidade de alojamento	-
2001	alojamento	-

O Quadro 2 permite visualizar uma síntese da evolução da população residente e do seu conceito ao longo dos recenseamentos portugueses.

Quadro 2

Evolução do Conceito de População Residente, 1864-2001

PORTUGAL

Censos Data Realização	Evolução do Conceito	População Residente			Observações
		HM	H	M	
1 / Janeiro **1864**	A população de direito ou legal resultava da soma da população de facto com os ausentes, excluindo os transeuntes.	4 286 995	2 074 197	2 212 798	Apenas era inquirido se os indivíduos eram presentes, ausentes ou transeuntes.
1 / Janeiro **1878**	A população de direito ou legal resultava da soma dos resenseados presentes com os ausentes, excluindo os transeuntes	4 698 984	2 280 828	2 418 156	"
1 / Dezembro **1890**	Ligado ao conceito de população de residência habitual (sem definição autónoma e objectiva)	5 102 891	-	-	
1 / Dezembro **1900**	"	5 446 760	-	-	Apesar de se ter perguntado se o inquirido tinha o seu domicílio (residência permanente) na freguesia, não foi definido o conceito de residência permanente, nem foram feitos quaisquer apuramentos sobre o assunto.
1 / Dezembro **1911**	"	5 999 146	-	-	"
1 / Dezembro **1920**	"	6 080 135	-	-	"
1 / Dezembro **1930**	"	6 802 429	-	-	
12 / Dezembro **1940**	Os indivíduos que tinham a sua residência habitual em cada área considerada.	7 755 423	3 734 348	4 021 075	Criação do conceito de residência habitual (concelho, colónia ou país, em que o recenseado habita a maior parte do ano)
15 / Dezembro **1950**	"	8 510 240	4 120 184	4 390 056	
15 / Dezembro **1960**	"	8 889 392	4 254 416	4 634 976	
15 / Dezembro **1970**	Os indivíduos que tinham a sua residência habitual no Continente ou nas Ilhas Adjacentes. Incluía o pessoal diplomático ou das forças armadas em representação do País no estrangeiro e suas famílias, o pessoal de aviação civil, marinha mercante e das frotas de pesca que estava a bordo no dia do recenseamento, as pessoas civis nacionais, atravessando diariamente a fronteira por motivo de trabalho e as pessoas civis estrangeiras, trabalhando ou estudando no País há pelo menos um ano.	8 611 125	4 089 165	4 521 960	
16 / Março **1981**	Os indivíduos que residem habitualmente no alojamento, quer estejam presentes ou temporariamente ausentes no momento censitário.	9 833 014	4 737 715	5 095 299	
15 / Abril **1991**	Os indivíduos que, independentemente de no momento censitário - zero horas do dia 15 de Abril de 1991 - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.	9 867 147	4 756 775	5 110 372	
12 / Março **2001**	Indivíduos que, independentemente de no momento censitário estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.	10 356 117	5 000 141	5 355 976	

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

2. Harmonização dos Conceitos de População Presente e População Residente

2.1. Tentativa de Harmonização do Conceito de População Presente

A população presente constituiu a base de apuramentos dos primeiros Recenseamentos Gerais da População (1864 -1950, inclusive). Esta categoria da população era a que melhor se adaptava à natureza dos recenseamentos, sendo igualmente a base de recolha das estatísticas referentes ao movimento da população (casamentos, nascimentos e óbitos).

A recolha de dados sobre a população presente tem vindo, desde 1960, ano em que foi tomada como base dos apuramentos dos recenseamentos a população residente, a diminuir. Apesar do Censo de 1960 ter incluído um apuramento da população presente segundo o sexo e o estado civil, indicando os presente não residentes, desde o Censo de 1970 que os apuramentos referentes à população presente se resumem ao seu cruzamento com a variável sexo. A redução dos apuramentos da população presente correspondem ao desenvolvimento e complexidade dos apuramentos da população residente.

A constatação de várias alterações ocorridas quer nas variáveis espaço e tempo, quer nas normas de inclusão ou exclusão dos óbitos e nascimentos no conceito de população presente, determinaram uma tentativa de harmonização do conceito e sua quantificação.

Uma das possíveis tentativas de harmonização do conceito de população presente passa pela harmonização da inclusão ou não nos diversos recenseamentos da população dos valores referentes ao número de óbitos e nascimentos antes ou depois do momento censitário.

A norma de inclusão ou não dos valores referentes ao número de óbitos e nascimentos antes ou depois do momento censitário não apresentou um comportamento uniforme ao longo dos vários recenseamentos da população. Os Recenseamentos de 1864 a 1890 inclusive, excluíram os óbitos ocorridos na noite de 31 para 1 (31 para 1 de Janeiro de 1864, 31 para 1 de Janeiro de 1878 e 30 de Novembro para 1 de Dezembro de 1890) e incluíram os nascimentos ocorridos nessa noite. Os recenseamentos seguintes, de 1900 a 1920 inclusive, não incluíram os óbitos ocorridos antes da meia-noite de 30 de Novembro (de 1900, 1911 e 1920) nem os nascimentos depois dessa hora. O Recenseamento de 1930 não apresenta quaisquer indicações sobre a inscrição dos óbitos e nascimentos. Os recenseamentos posteriores a 1930 (1940 - 2001) voltaram a ter como norma não incluir os óbitos ocorridos antes do momento censitário ou os nascidos depois desse momento.

Destas especificações, decorre, como é óbvio, uma sobreavaliação dos efectivos populacionais apresentados em alguns recenseamentos, como se verifica nos Recenseamentos de 1864 a 1890, bem como a ignorância da mesma, nomeadamente no Recenseamento de 1930.

A tentativa de harmonização do conceito e dos efectivos de população presente passaria assim pela exclusão do número de nascimentos ocorridos na noite censitária de 1864 a 1890. No entanto, tal harmonização é impossível uma vez que não existem nas Estatísticas Demográficas valores de nados-vivos e óbitos por dias do mês, tendo sido apenas publicados os valores de nados vivos e óbitos mensais desde 1887 [1]. Por outro lado, afigura-se também como impossível a clarificação desta norma no Censo de 1930.

A oscilação dos factores espaço e tempo também contribuem de algum modo para a subavaliação ou sobreavaliação dos efectivos populacionais. Se a hora de chegada ao alojamento para ser considerado como presente se prolongasse até às 12 horas, seriam recenseados mais indivíduos do que se a hora considerada fosse as 9 horas. Da mesma forma, os locais “debaixo do mesmo tecto”, “na casa” ou “alojamento”, que vão aparecendo no conceito de população presente, ao longo dos vários recenseamentos, são mais restritos do que “localidade” ou “circunscrição territorial”. Quanto mais abrangente for o local em termos de espaço mais probabilidades existem de se recensearem mais indivíduos.

Dadas as condicionantes acima referidas, a harmonização do conceito de população presente não pode ser total, conseguindo-se, ainda assim, construir uma série de dados segundo a variável sexo desde o primeiro recenseamento.

2.2. Tentativa de Harmonização do Conceito de População Residente segundo o Sexo

Em Portugal, os Recenseamentos Gerais da População até 1960 tomaram como base de apuramentos a população presente. Contudo, não deixaram de ter em conta a população residente que se revelava de grande interesse sobretudo em termos políticos, fiscais e administrativos.

As indicações fornecidas a seu respeito variaram muito ao longo dos vários recenseamentos: em 1864 e 1878 inquiriu-se o sexo e o estado civil da população residente, por freguesias, discriminando cumulativamente os ausentes; de 1900 a 1930 limitou-se apenas ao número global em cada freguesia.

Como se pode observar, as indicações sobre a população residente foram sendo progressivamente reduzidas. Vários motivos estiveram por detrás dessa redução. Por um lado, devido à própria evolução da técnica censitária dado a população residente ter, na época dos primeiros recenseamentos (1864 e 1878), uma

importância maior do que veio a ter nos anos sequentes (1890 a 1950, inclusive). Assistia-se a uma grande hesitação entre a população residente e a presente, sem se saber a qual dar a primazia. Apesar de nos Congressos de Bruxelas e Berlim se ter decidido a favor da população presente, só em 1872, com o Congresso de S. Petersburgo, se esclareceu definitivamente a questão. Outro motivo ligava-se directamente com as próprias circunstâncias da época, a segunda metade do século XIX, em que a deficiência dos meios de transporte assegurava maior estabilidade e, consequentemente, maior importância à população residente, tornando-se simultaneamente mais difícil o apuramento da população presente, por natureza mais complexo.

Os Recenseamentos de 1940 e 1950 também não constituíram excepção, pois as indicações sobre a população residente, apesar de mais desenvolvidas do que nos cinco recenseamentos anteriores, eram mais reduzidas do que nos primeiros. Limitaram-se ao que era considerado essencial, ou seja, o sexo e os ausentes.

A constatação da não existência da repartição da população residente segundo a variável sexo determinou a tentativa de encontrar uma técnica de repartição que permitisse harmonizar o conceito.

No Quadro 3 podem analisar-se os dados referentes à população residente segundo o sexo, para os anos censitários em que esta variável é conhecida, assim como à população presente segundo o sexo e respectivas taxas de masculinidade, feminilidade e relação de masculinidade, que serviram de base para alguns cálculos efectuados.

Quadro 3

População Residente segundo o sexo, População Presente segundo o sexo e respectivas Taxas de Masculinidade e Feminilidade e Relação de Masculinidade, 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	População Residente			População Presente			Taxa de Masculinidade	Taxa de Feminilidade	Relação de Masculinidade
	HM	H	M	HM	H	M	(%)	(%)	(%)
1/Janeiro 1864	4 286 995	2 074 197	2 212 798	4 188 410	2 005 540	2 182 870	47,9	52,1	91,9
1/Janeiro 1878	4 698 984	2 280 828	2 418 156	4 550 699	2 175 829	2 374 870	47,8	52,2	91,6
1/Dezembro 1890	5 102 891	-	-	5 049 729	2 430 339	2 619 390	48,1	51,9	92,8
1/Dezembro 1900	5 446 760	-	-	5 423 132	2 591 600	2 831 532	47,8	52,2	91,5
1/Dezembro 1911	5 999 146	-	-	5 960 056	2 828 691	3 131 365	47,5	52,5	90,3
1/Dezembro 1920	6 080 135	-	-	6 032 991	2 855 818	3 177 173	47,3	52,7	89,9
1/Dezembro 1930	6 802 429	-	-	6 825 883	3 255 876	3 570 007	47,7	52,3	91,2
12/Dezembro 1940	7 755 423	3 734 348	4 021 075	7 722 152	3 711 748	4 010 404	48,1	51,9	92,6
15/Dezembro 1950	8 510 240	4 120 184	4 390 056	8 441 312	4 060 266	4 381 046	48,1	51,9	92,7
15/Dezembro 1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	8 851 289	4 237 854	4 613 435	47,9	52,1	91,9
15/Dezembro 1970	8 611 125	4 089 165	4 521 960	8 447 790	3 959 895	4 487 895	46,9	53,1	88,2
16/Março 1981	9 833 014	4 737 715	5 095 299	9 852 841	4 742 524	5 110 317	48,1	51,9	92,8
15/Abril 1991	9 867 147	4 756 775	5 110 372	9 865 973	4 743 234	5 122 739	48,1	51,9	92,6
12/Março 2001	10 356 117	5 000 141	5 355 976	10 148 259	4 862 699	5 285 560	47,9	52,1	92,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Foram ensaiadas várias técnicas, que se passam a discriminar individualmente:

1º Ensaio - O primeiro ensaio de cálculo da população residente segundo o sexo para os Recenseamentos de 1890 a 1930, teve por base o cálculo de um ponderador assente nas taxas de masculinidade (TM) e nas taxas de feminilidade (TF), sendo as suas respectivas fórmulas: TM=H/HM*100 e TF=M/HM*100. De seguida, calculou-se o peso da divisão TMPopulação Residente/TMPopulação Presente, tendo-se obtido um ponderador para os anos em que a desagregação segundo os sexos é conhecida. Com base no cálculo das médias destes ponderadores (1864/1878; 1940/1950 e da média dos dois produtos anteriores), encontraram-se três ponderadores, que foram aplicados respectivamente às TM e TF, tendo-se obtido as taxas para os anos em que não existia a repartição da população segundo o sexo. Foi aplicada a estrutura encontrada à população total dos anos (HM*TM/100 ou HM*TF/100), conseguindo-se assim a desagregação da população segundo o sexo.

Da análise das relações de masculinidade resultantes do primeiro ensaio, há a ressaltar o valor bastante acentuado em 1890 (94,9%), e a descida significativa de 94,9% em 1890 para 90,5% em 1920, com uma ligeira subida de 1920 para 1930 (91,9%).

Quadro 4

População Residente (Com tratamento da variável sexo) - 1º Ensaio (Cálculo de Ponderador), 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Taxa de Masculinidade (%)	Taxa de Feminilidade (%)	Ponderador TMPopRes/ TMPopPres H	Ponderador TFPopRes/ TFPopPres M	Médias dos Ponderadores H	Médias dos Ponderadores M	População Residente C/ Tratamento HM	População Residente C/ Tratamento H	População Residente C/ Tratamento M	Relação de Masculinidade C/Tratamento (%)
1/Janeiro 1864	48,4	51,6	**1,010450**	**0,990399**			4 286 995	2 074 197	2 212 798	93,7
1/Janeiro 1878	48,5	51,5	**1,015177**	**0,986095**	1,01281 [1]	0,98824	4 698 984	2 280 828	2 418 156	94,3
1/Dezembro 1890	***48,7***	***51,3***	-	-			5 102 891	***2 485 108***	***2 617 783***	***94,9***
1/Dezembro 1900	***48,4***	***51,6***	-	-			5 446 760	***2 636 232***	***2 810 528***	***93,8***
1/Dezembro 1911	***47,9***	***52,1***	-	-	1,00848 [2]	0,99219	5 999 146	***2 873 591***	***3 125 555***	***91,9***
1/Dezembro 1920	***47,5***	***52,5***	-	-			6 080 135	***2 888 064***	***3 192 071***	***90,5***
1/Dezembro 1930	***47,9***	***52,1***	-	-			6 802 429	***3 258 363***	***3 544 066***	***91,9***
12/Dezembro 1940	48,2	51,8	**1,001773**	**0,998359**	1,00415 [3]	0,99614	7 755 423	3 734 348	4 021 075	92,9
15/Dezembro 1950	48,4	51,6	**1,006538**	**0,993941**			8 510 240	4 120 184	4 390 056	93,9
15/Dezembro 1960	47,9	52,1	0,999605	1,000363			8 889 392	4 254 416	4 634 976	91,8
15/Dezembro 1970	47,5	52,5	1,013058	0,988479			8 611 125	4 089 165	4 521 960	90,4
16/Março 1981	48,2	51,8	1,001000	0,999072			9 833 014	4 737 715	5 095 299	93,0
15/Abril 1991	48,2	51,8	1,002735	0,997467			9 867 147	4 756 775	5 110 372	93,1
12/Março 2001	48,3	51,7	1,004270	0,996046			10 356 117	5 000 141	5 355 976	93,4

NOTA: [1] (TM1864+TM1878)/2; [2] [(TM1864+TM1878)/2 + (TM1940+TM1950)/2)]/2; [3] (TM 1940+TM1950)/2

Foram utilizados os mesmos cálculos para as Mulheres, tendo em conta a TF.

2º Ensaio - Este ensaio teve como base o cálculo das médias sucessivas das taxas de masculinidade e feminilidade, como sejam: a média dos anos 1864/1878, média dos anos 1864/1878/1890; média dos anos 1864/1878/1890/1900, e assim para todos os anos sequentes. Tal como nos outros ensaios, a estrutura obtida foi aplicada ao total da população.

Quadro 5

População Residente (Com tratamento da variável sexo) - 2º Ensaio (Médias Sucessivas), 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Taxa de Masculinidade (%)	Taxa de Feminilidade (%)	População Residente C/ Tratamento HM	População Residente C/ Tratamento H	População Residente C/ Tratamento M	Relação de Masculinidade C/Tratamento (%)
1/Janeiro 1864	48,4	51,6	4 286 995	2 074 197	2 212 798	93,7
1/Janeiro 1878	48,5	51,5	4 698 984	2 280 828	2 418 156	94,3
1/Dezembro 1890	***48,5***	***51,5***	5 102 891	***2 474 902***	***2 627 989***	***94,2***
1/Dezembro 1900	***48,5***	***51,5***	5 446 760	***2 641 679***	***2 805 081***	***94,2***
1/Dezembro 1911	***48,5***	***51,5***	5 999 146	***2 909 586***	***3 089 560***	***94,2***
1/Dezembro 1920	***48,5***	***51,5***	6 080 135	***2 948 865***	***3 131 270***	***94,2***
1/Dezembro 1930	***48,5***	***51,5***	6 802 429	***3 299 178***	***3 503 251***	***94,2***
12/Dezembro 1940	48,2	51,8	7 755 423	3 734 348	4 021 075	92,9
15/Dezembro 1950	48,4	51,6	8 510 240	4 120 184	4 390 056	93,9
15/Dezembro 1960	47,9	52,1	8 889 392	4 254 416	4 634 976	91,8
15/Dezembro 1970	47,5	52,5	8 611 125	4 089 165	4 521 960	90,4
16/Março 1981	48,2	51,8	9 833 014	4 737 715	5 095 299	93,0
15/Abril 1991	48,2	51,8	9 867 147	4 756 775	5 110 372	93,1
12/ Março 2001	48,3	51,7	10 356 117	5 000 141	5 355 976	93,4

As variações da relação de masculinidade apuradas através do segundo ensaio revelam um valor demasiado alto (94,2%), mantendo-se sempre o mesmo valor, o que decorre da técnica utilizada. Por outro lado, verifica-se um salto acentuado de 1930 para 1940, passando-se de 94,2% para 92,9%, ou seja, um decréscimo de 1,3 pontos percentuais.

3º Ensaio - No terceiro ensaio, tal como no anterior, foram utilizadas as médias dos anos conhecidos, ou seja, adicionou-se as taxas de masculinidade e feminilidade dos anos censitários conhecidos, dividindo pelo número de anos censitários para os quais é conhecida a repartição da população residente segundo o sexo, ou seja, oito. O valor obtido, foi adoptado para todos os anos em que se desconhecia a distribuição da população segundo a variável sexo. De seguida, aplicou-se a estrutura ao total da população.

Da utilização da técnica da média dos anos em que a repartição segundo os sexos é conhecida, resultaram relações de masculinidade na ordem dos 93,1%, salientando-se o decréscimo de 1878 para 1890 de 1,2 pontos percentuais.

Quadro 6

População Residente (Com tratamento da variável sexo) - 3º Ensaio (Médias dos anos conhecidos), 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Taxa de Masculinidade (%)	Taxa de Feminilidade (%)	População Residente C/ Tratamento			Relação de Masculinidade C/Tratamento (%)
			HM	H	M	
1/Janeiro 1864	48,4	51,6	4 286 995	2 074 197	2 212 798	93,7
1/Janeiro 1878	48,5	51,5	4 698 984	2 280 828	2 418 156	94,3
1/Dezembro 1890	***48,2***	***51,8***	5 102 891	***2 459 593***	***2 643 298***	***93,1***
1/Dezembro 1900	***48,2***	***51,8***	5 446 760	***2 625 338***	***2 821 422***	***93,1***
1/Dezembro 1911	***48,2***	***51,8***	5 999 146	***2 891 588***	***3 107 558***	***93,1***
1/Dezembro 1920	***48,2***	***51,8***	6 080 135	***2 930 625***	***3 149 510***	***93,1***
1/Dezembro 1930	***48,2***	***51,8***	6 802 429	***3 278 771***	***3 523 658***	***93,1***
12/Dezembro 1940	48,2	51,8	7 755 423	3 734 348	4 021 075	92,9
15/Dezembro 1950	48,4	51,6	8 510 240	4 120 184	4 390 056	93,9
15/Dezembro 1960	47,9	52,1	8 889 392	4 254 416	4 634 976	91,8
15/Dezembro 1970	47,5	52,5	8 611 125	4 089 165	4 521 960	90,4
16/Março 1981	48,2	51,8	9 833 014	4 737 715	5 095 299	93,0
15/Abril 1991	48,2	51,8	9 867 147	4 756 775	5 110 372	93,1
12/Março 2001	48,3	51,7	10 356 117	5 000 141	5 355 976	93,4

4º Ensaio - O quarto ensaio teve igualmente por base o cálculo de um ponderador, neste caso, um ponderador médio resultante da divisão entre a população residente e a população presente, quer para os homens quer para as mulheres, calculando-se de seguida a média destes ponderadores. Por sua vez, este ponderador médio foi multiplicado pelo valor absoluto dos homens e das mulheres recenseados como presentes, nos anos censitários respectivos.

4º Ensaio

Diferenças entre a População Residente Observada e a População Residente com Tratamento

PORTUGAL

Anos Censos	Diferenças (Pop. Res. - Pop. Res. C/ Tratamento)		
	HM	H	M
1/Janeiro 1864	**46 907**	**30 776**	**16 131**
1/Janeiro 1878	**92 177**	**63 901**	**28 276**
1/Dezembro 1890	**- 9 299**	**-**	**-**
1/Dezembro 1900	**- 43 219**	**-**	**-**
1/Dezembro 1911	**- 34 131**	**-**	**-**
1/Dezembro 1920	**- 26 879**	**-**	**-**
1/Dezembro 1930	**- 107 516**	**-**	**-**
12/Dezembro 1940	**- 62 185**	**- 47 509**	**- 14 676**
15/Dezembro 1950	**- 35 454**	**- 16 774**	**- 18 680**
15/Dezembro 1960	**- 71 102**	**- 63 484**	**- 7 618**
15/Dezembro 1970	**60 174**	**54 474**	**5 700**
16/Março 1981	**- 141 705**	**- 94 387**	**- 47 317**
15/Abril 1991	**- 120 795**	**- 76 051**	**- 44 745**
12/Março 2001	**82 603**	**45 594**	**37 009**

Quadro 7

População Residente (Com tratamento da variável sexo) - 4º Ensaio (Cálculo de Ponderador Médio), 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Taxa de Masculinidade (%)	Taxa de Feminilidade (%)	Ponderador PopRes/ PopPres		Ponderador Médio (9)		População Residente C/ Tratamento			Relação de Masculinidade C/Tratamento (%)
			H	M	H	M	HM	H	M	
1/Janeiro 1864	48,4	51,6	**1,034234**	**1,013710**	**1,018888**	**1,006320**	**4 240 088**	**2 043 421**	**2 196 667**	**93,0**
1/Janeiro 1878	48,5	51,5	**1,048257**	**1,018227**			**4 606 807**	**2 216 927**	**2 389 880**	**92,8**
1/Dezembro 1890	-	-	-	-			**5 112 190**	**2 476 244**	**2 635 946**	**93,9**
1/Dezembro 1900	-	-	-	-			**5 489 979**	**2 640 551**	**2 849 428**	**92,7**
1/Dezembro 1911	-	-	-	-			**6 033 277**	**2 882 120**	**3 151 156**	**91,5**
1/Dezembro 1920	-	-	-	-			**6 107 014**	**2 909 760**	**3 197 254**	**91,0**
1/Dezembro 1930	-	-	-	-			**6 909 945**	**3 317 374**	**3 592 571**	**92,3**
12/Dezembro 1940	48,2	51,8	**1,006089**	**1,002661**			**7 817 608**	**3 781 857**	**4 035 751**	**93,7**
15/Dezembro 1950	48,4	51,6	**1,014757**	**1,002057**			**8 545 694**	**4 136 958**	**4 408 736**	**93,8**
15/Dezembro 1960	47,9	52,1	**1,003908**	**1,004669**			**8 960 494**	**4 317 900**	**4 642 594**	**93,0**
15/Dezembro 1970	47,5	52,5	**1,032645**	**1,007590**			**8 550 951**	**4 034 691**	**4 516 260**	**89,3**
16/Março 1981	48,2	51,8	**0,998986**	**0,997061**			**9 974 719**	**4 832 102**	**5 142 616**	**94,0**
15/Abril 1991	48,2	51,8	**1,002855**	**0,997586**			**9 987 942**	**4 832 826**	**5 155 117**	**93,7**
12/Março 2001	48,3	51,7	**1,028265**	**1,013322**			**10 273 514**	**4 954 547**	**5 318 967**	**93,1**

Como consequência, a soma dos valores conseguidos para ambos os sexos e o valor da população total divergem. As diferenças entre os efectivos populacionais obtidos e os da população observada foram analisados e comparados.

Deste modo, constata-se que as diferenças resultantes da técnica usada como quarto ensaio e a população observada são mais acentuadas, pela negativa, em 1930, 1981 e 1991, com valores superiores a 100 000 indivíduos e, pela positiva, em 1878, com mais 92 177 indivíduos e, em 2001, com uma diferença de 82 603 indivíduos.

Relativamente à repartição por sexos, as diferenças são mais acentuadas nos homens, variando entre menos 94 387 indivíduos em 1981 e mais 63 901 indivíduos em 1878.

5º Ensaio - Finalmente, foi ensaiada uma outra hipótese, semelhante à anterior, baseada no cálculo de um ponderador médio, tendo em conta não o produto do valor absoluto da população residente pela presente, mas a divisão das taxas de masculinidade e feminilidade da população residente pelas taxas homólogas da população presente. Os restantes procedimentos metodológicos foram semelhantes aos utilizados anteriormente.

Quadro 8

População Residente (Com tratamento da variável sexo) - 5º Ensaio (Cálculo de Ponderador Médio), 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Taxa de Masculinidade	Taxa de Feminilidade	Ponderador TMPopRes/ TMPopPres	Ponderador TMPopRes/ TMPopPres	Ponderador Médio (9)		População Residente C/ Tratamento			Relação de Masculinidade C/Tratamento
	(%)	(%)	H	M	H	M	HM	H	M	(%)
1/Janeiro 1864	48,4	51,6	1,010450	0,990399	1,006440	0,994129	4 188 510	2 018 456	2 170 054	93,0
1/Janeiro 1878	48,5	51,5	1,015177	0,986095			4 550 768	2 189 842	2 360 926	92,8
1/Dezembro 1890	-	-	-	-			5 050 002	2 445 991	2 604 011	93,9
1/Dezembro 1900	-	-	-	-			5 423 198	2 608 291	2 814 907	92,7
1/Dezembro 1911	-	-	-	-			5 959 888	2 846 909	3 112 980	91,5
1/Dezembro 1920	-	-	-	-			6 032 729	2 874 210	3 158 519	91,0
1/Dezembro 1930	-	-	-	-			6 825 891	3 276 845	3 549 046	92,3
12/Dezembro 1940	48,2	51,8	1,001773	0,998359			7 722 510	3 735 653	3 986 857	93,7
15/Dezembro 1950	48,4	51,6	1,006538	0,993941			8 441 739	4 086 415	4 355 323	93,8
15/Dezembro 1960	47,9	52,1	0,999605	1,000363			8 851 495	4 265 147	4 586 348	93,0
15/Dezembro 1970	47,5	52,5	1,013058	0,988479			8 446 943	3 985 398	4 461 545	89,3
16/Março 1981	48,2	51,8	1,001000	0,999072			9 853 380	4 773 067	5 080 312	94,0
15/Abril 1991	48,2	51,8	1,002735	0,997467			9 866 443	4 773 782	5 092 661	93,7
12/Março 2001	48,3	51,7	1,007626	0,992984			10 148 543	4 894 016	5 254 526	93,1

A análise das diferenças entre a população residente observada e a população resultante do tratamento da variável sexo neste ensaio, revela, por um lado, a existência de maiores diferenças, como sejam de mais de 164 182 indivíduos em 1970 e 207 574 em 2001 e, por outro lado, de menores diferenças noutros anos, tal como em 1930, que passa a ter um valor negativo de 23 462 indivíduos e em 1981 de menos de 20 366. O Censo de 1991 apresenta uma diferença de apenas mais 704 indivíduos.

5º Ensaio

Diferenças entre a População Residente Observada e a População Residente com Tratamento

PORTUGAL

Anos Censos	Diferenças (Pop. Res. - Pop. Res. C/ Tratamento)		
	HM	H	M
1/Janeiro 1864	98 485	55 741	42 744
1/Janeiro 1878	148 216	90 986	57 230
1/Dezembro 1890	52 889	-	-
1/Dezembro 1900	23 562	-	-
1/Dezembro 1911	39 258	-	-
1/Dezembro 1920	47 406	-	-
1/Dezembro 1930	- 23 462	-	-
12/Dezembro 1940	32 913	- 1 305	34 218
15/Dezembro 1950	68 501	33 769	34 733
15/Dezembro 1960	37 897	- 10 731	48 628
15/Dezembro 1970	164 182	103 767	60 415
16/Março 1981	- 20 366	- 35 352	14 987
15/Abril 1991	704	- 17 007	17 711
12/Março 2001	207 574	106 125	101 450

Apesar de talvez parecerem excessivos, optou-se por proceder a vários ensaios, utilizando diferentes técnicas e métodos, no sentido de se encontrar uma distribuição da população por sexo o mais coerente possível. O Quadro 9 resume os resultados obtidos através das várias tentativas ensaiadas:

Quadro 9

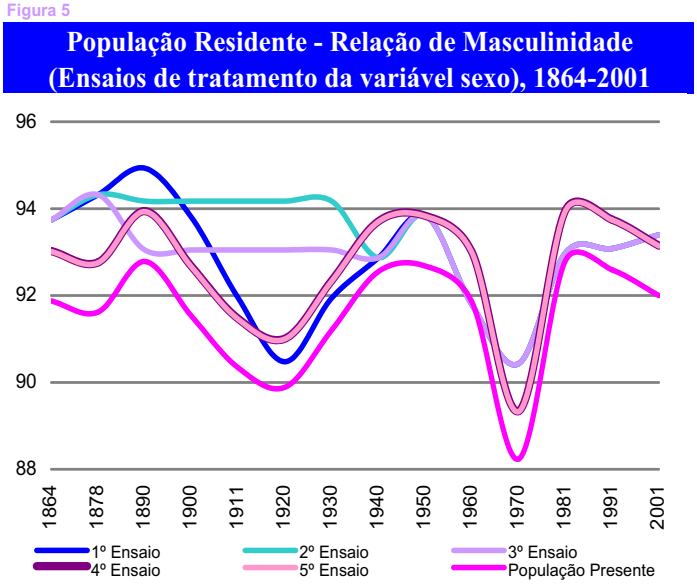
População Residente segundo o sexo, Taxas de Masculinidade e Feminilidade e Relações de Masculinidade - Hipóteses de Harmonização, 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	População Residente			Taxa de Masculinidade (%)	Taxa de Feminilidade (%)	Relação de Masculinidade (%)
	HM	H	M			
			1º ENSAIO			
1864	4 286 995	2 074 197	2 212 798	48,4	51,6	93,7
1878	4 698 984	2 280 828	2 418 156	48,5	51,5	94,3
1890	5 102 891	2 485 108	2 617 783	48,7	51,3	94,9
1900	5 446 760	2 636 232	2 810 528	48,4	51,6	93,8
1911	5 999 146	2 873 591	3 125 555	47,9	52,1	91,9
1920	6 080 135	2 888 064	3 192 071	47,5	52,5	90,5
1930	6 802 429	3 258 363	3 544 066	47,9	52,1	91,9
1940	7 755 423	3 734 348	4 021 075	48,2	51,8	92,9
1950	8 510 240	4 120 184	4 390 056	48,4	51,6	93,9
1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	47,9	52,1	91,8
1970	8 611 125	4 089 165	4 521 960	47,5	52,5	90,4
1981	9 833 014	4 737 715	5 095 299	48,2	51,8	93,0
1991	9 867 147	4 756 775	5 110 372	48,2	51,8	93,1
2001	10 356 117	5 000 141	5 355 976	48,3	51,7	93,4
			2º ENSAIO			
1864	4 286 995	2 074 197	2 212 798	48,4	51,6	93,7
1878	4 698 984	2 280 828	2 418 156	48,5	51,5	94,3
1890	5 102 891	2 474 902	2 627 989	48,5	51,5	94,2
1900	5 446 760	2 641 679	2 805 081	48,5	51,5	94,2
1911	5 999 146	2 909 586	3 089 560	48,5	51,5	94,2
1920	6 080 135	2 948 865	3 131 270	48,5	51,5	94,2
1930	6 802 429	3 299 178	3 503 251	48,5	51,5	94,2
1940	7 755 423	3 734 348	4 021 075	48,2	51,8	92,9
1950	8 510 240	4 120 184	4 390 056	48,4	51,6	93,9
1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	47,9	52,1	91,8
1970	8 611 125	4 089 165	4 521 960	47,5	52,5	90,4
1981	9 833 014	4 737 715	5 095 299	48,2	51,8	93,0
1991	9 867 147	4 756 775	5 110 372	48,2	51,8	93,1
2001	10 356 117	5 000 141	5 355 976	48,3	51,7	93,4
			3º ENSAIO			
1864	4 286 995	2 074 197	2 212 798	48,4	51,6	93,7
1878	4 698 984	2 280 828	2 418 156	48,5	51,5	94,3
1890	5 102 891	2 459 593	2 643 298	48,2	51,8	93,1
1900	5 446 760	2 625 338	2 821 422	48,2	51,8	93,1
1911	5 999 146	2 891 588	3 107 558	48,2	51,8	93,1
1920	6 080 135	2 930 625	3 149 510	48,2	51,8	93,1
1930	6 802 429	3 278 771	3 523 658	48,2	51,8	93,1
1940	7 755 423	3 734 348	4 021 075	48,2	51,8	92,9
1950	8 510 240	4 120 184	4 390 056	48,4	51,6	93,9
1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	47,9	52,1	91,8
1970	8 611 125	4 089 165	4 521 960	47,5	52,5	90,4
1981	9 833 014	4 737 715	5 095 299	48,2	51,8	93,0
1991	9 867 147	4 756 775	5 110 372	48,2	51,8	93,1
2001	10 356 117	5 000 141	5 355 976	48,3	51,7	93,4
			4º ENSAIO			
1864	4 240 088	2 043 421	2 196 667	48,2	51,8	93,0
1878	4 606 807	2 216 927	2 389 880	48,1	51,9	92,8
1890	5 112 190	2 476 244	2 635 946	48,4	51,6	93,9
1900	5 489 979	2 640 551	2 849 428	48,1	51,9	92,7
1911	6 033 277	2 882 120	3 151 156	47,8	52,2	91,5
1920	6 107 014	2 909 760	3 197 254	47,6	52,4	91,0
1930	6 909 945	3 317 374	3 592 571	48,0	52,0	92,3
1940	7 817 608	3 781 857	4 035 751	48,4	51,6	93,7
1950	8 545 694	4 136 958	4 408 736	48,4	51,6	93,8
1960	8 960 494	4 317 900	4 642 594	48,2	51,8	93,0
1970	8 550 951	4 034 691	4 516 260	47,2	52,8	89,3
1981	9 974 719	4 832 102	5 142 616	48,4	51,6	94,0
1991	9 987 942	4 832 826	5 155 117	48,4	51,6	93,7
2001	10 273 514	4 954 547	5 318 967	48,2	51,8	93,1
			5º ENSAIO			
1864	4 188 510	2 018 456	2 170 054	48,2	51,8	93,0
1878	4 550 768	2 189 842	2 360 926	48,1	51,9	92,8
1890	5 050 002	2 445 991	2 604 011	48,4	51,6	93,9
1900	5 423 198	2 608 291	2 814 907	48,1	51,9	92,7
1911	5 959 888	2 846 909	3 112 980	47,8	52,2	91,5
1920	6 032 729	2 874 210	3 158 519	47,6	52,4	91,0
1930	6 825 891	3 276 845	3 549 046	48,0	52,0	92,3
1940	7 722 510	3 735 653	3 986 857	48,4	51,6	93,7
1950	8 441 739	4 086 415	4 355 323	48,4	51,6	93,8
1960	8 851 495	4 265 147	4 586 348	48,2	51,8	93,0
1970	8 446 943	3 985 398	4 461 545	47,2	52,8	89,3
1981	9 853 380	4 773 067	5 080 312	48,4	51,6	94,0
1991	9 866 443	4 773 782	5 092 661	48,4	51,6	93,7
2001	10 148 543	4 894 016	5 254 526	48,2	51,8	93,1

NOTA:
TM = Taxa de Masculinidade
TF = Taxa de Feminilidade
RM = Relação de Masculinidade

Figura 5



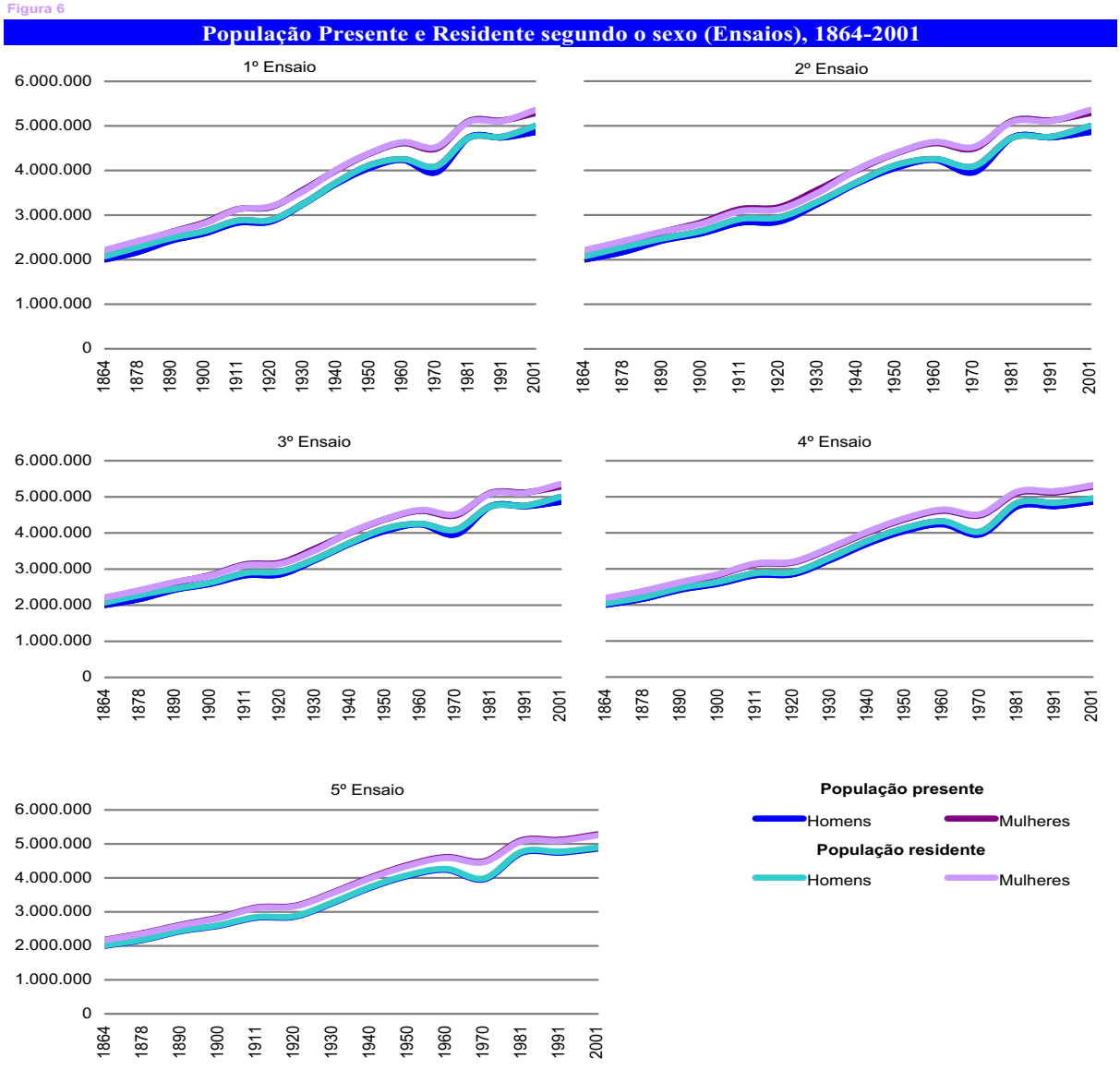
A figura 5 permite visualizar as relações de masculinidade dos cinco ensaios de tratamento da população residente, para os anos censitários em que a variável sexo não se encontra discriminada, bem como, a curva das relações de masculinidade da população presente, para uma melhor comparação.

Assim, conclui-se que as tentativas de tratamento dos valores da população residente segundo o sexo baseadas no cálculo de ponderadores (primeiro, quarto e quinto ensaios) são as que manifestam o comportamento mais aproximado ao da tendência observada na população presente. Os restantes ensaios revelam uma tendência menos próxima daquela.

Para ambos os sexos, as hipóteses ensaiadas são perfeitamente harmoniosas e coerentes, não se encontrando discrepâncias significativas.

As figuras seguintes traduzem os valores da População Presente e Residente segundo o sexo, para cada um dos ensaios de tratamento da variável sexo.

Figura 6



Tendo em vista a melhor harmonização possível do conceito em análise, afigura-se como possível solução a conjugação de várias técnicas utilizadas anteriormente, no sentido de diminuir, o mais possível, as diferenças face aos dados totais observados.

Deste modo, seleccionaram-se como as melhores hipóteses de harmonização do conceito de população residente segundo o sexo, o primeiro ensaio, bem como, a conjugação do quarto e quinto ensaios.

Quadro 10

Harmonização do Conceito de População Residente segundo o sexo, 1864-2001

Hipótese I

PORTUGAL

Anos Censos	População Residente			Relação de Masculinidade (%)
	HM	H	M	
1864	4 286 995	2 074 197	2 212 798	93,7
1878	4 698 984	2 280 828	2 418 156	94,3
1890	5 102 891	2 485 108	2 617 783	94,9
1900	5 446 760	2 636 232	2 810 528	93,8
1911	5 999 146	2 873 591	3 125 555	91,9
1920	6 080 135	2 888 064	3 192 071	90,5
1930	6 802 429	3 258 363	3 544 066	91,9
1940	7 755 423	3 734 348	4 021 075	92,9
1950	8 510 240	4 120 184	4 390 056	93,9
1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	91,8
1970	8 611 125	4 089 165	4 521 960	90,4
1981	9 833 014	4 737 715	5 095 299	93,0
1991	9 867 147	4 756 775	5 110 372	93,1
2001	10 356 117	5 000 141	5 355 976	93,4
		+ 0,96 % de erro de cobertura líquido		
1991	9 962 790	4 802 883	5 159 907	93,1
		- 0,72 % de erro de cobertura líquido		
2001	10 282 086	4 964 397	5 317 689	93,4

Relativamente aos Censos 1991 e 2001, é possível proceder a um outro tipo de correcção dos resultados.

Como se sabe, um recenseamento da população deve, por definição, ser exaustivo. No entanto, existem determinados erros passíveis de serem cometidos como os erros de omissão e de dupla contagem, ou seja, simplificando, existem indivíduos que não são recenseados e, em contrapartida, outros são recenseados duas vezes. Da diferença obtida entre as omissões e as duplas contagens resulta o erro de cobertura líquido.

Apesar da suspeita de um erro de cobertura líquido de cerca de 5% para a população residente no Censo 91, a análise dos resultados do respectivo inquérito de qualidade revelaram um erro de 0,96%. Este erro resulta de uma taxa de omissões de 6,3% e de uma taxa de duplas contagens de 5,3% (Bégeot, 1993, pp. 1705-1731). No que se refere ao Censo 2001, o inquérito de qualidade aponta para um erro bruto de duplas contagens de 3,6% e um erro bruto por omissão de unidades que deveriam ter sido recenseadas de 2,9%, resultando assim num erro bruto total de 6,5% e líquido de 0,72%, por excesso.

Quadro 11

Harmonização do Conceito de População Residente segundo o sexo, 1864-2001

Hipótese II

PORTUGAL

Anos Censos	População Residente			Relação de Masculinidade (%)
	HM	H	M	
1864	4 240 088	2 043 421	2 196 667	93,0
1878	4 606 807	2 216 927	2 389 880	92,8
1890	5 112 190	2 476 244	2 635 946	93,9
1900	5 423 198	2 608 291	2 814 907	92,7
1911	6 033 277	2 882 120	3 151 156	91,5
1920	6 107 014	2 909 760	3 197 254	91,0
1930	6 825 891	3 276 845	3 549 046	92,3
1940	7 722 510	3 735 653	3 986 857	93,7
1950	8 545 694	4 136 958	4 408 736	93,8
1960	8 851 495	4 265 147	4 586 348	93,0
1970	8 550 951	4 034 691	4 516 260	89,3
1981	9 853 380	4 773 067	5 080 312	94,0
1991	9 866 443	4 773 782	5 092 661	93,7
2001	10 273 514	4 954 547	5 318 967	93,1
		+ 0,96 % de erro de cobertura líquido		
1991	9 962 079	4 820 055	5 142 025	93,7
		- 0,72 % de erro de cobertura líquido		
2001	10 200 073	4 919 129	5 280 944	93,1

Deste modo, para a harmonização da população residente segundo o sexo referente aos Censos 1991 e 2001 estar completa, torna-se necessário acrescentar o erro líquido de cobertura aos resultados obtidos.

2.3. Tentativa de Harmonização dos Conceitos de População Residente Presente e População Residente Ausente

À semelhança de outras categorias de população, a população residente presente e a população residente ausente, subcategorias da população residente, não apresentaram um conceito semelhante ao longo dos vários recenseamentos, não sendo possível construir uma longa série temporal de dados.

O conceito de população residente presente só surge em 1970, sendo no entanto possível encontrar alguns valores desde 1864.

Os dois primeiros Recenseamentos Gerais da População, 1864 e 1878, não apresentaram um conceito de população residente presente apenas sugerem o seu modo de cálculo, ou seja, a população residente presente seria obtida retirando à população de facto o número de transeuntes ou então, retirando o número de ausentes à população de direito ou legal. Os recenseamentos seguintes, 1890 a 1930, não incluíram apuramentos sobre a população residente presente, apesar de terem inquirido se os indivíduos eram presentes, temporariamente ausentes ou transeuntes, nem definiram o conceito. Os Censos de 1940 a 1960 voltaram a apresentar os valores da população residente presente, continuando a não existir uma definição clara e precisa do conceito, sendo esta obtida retirando à população residente a população temporariamente ausente.

Deve-se ao Recenseamento de 1970 a apresentação de um conceito elaborado e preciso de população residente presente: todos os indivíduos inscritos no Boletim de Família como residentes e que à meia-noite do dia 14 de Dezembro se encontrassem na unidade de alojamento ou que a ela chegassem até às nove horas da manhã do dia 15 de Dezembro e não tivessem sido inscritos noutro boletim. No entanto, apesar de ter sido inquirida, não foram feitos quaisquer apuramentos sobre a população residente presente, não se conseguindo apurar o seu valor. O Censo de 1981 volta a apresentar valores de população residente presente, segundo o sexo, sendo considerada como tal a pessoa que, vivendo no alojamento, se encontrava presente no mesmo à data do momento censitário. Os Censos de 1991 e 2001, últimos realizados até ao momento, voltam a não apresentar um conceito individualizado de população residente presente, incluindo-o no da população residente, sendo assim definido como os indivíduos que no momento censitário se encontravam presentes numa determinada unidade de alojamento/num determinado alojamento e aí habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a totalidade ou a maior parte dos seus haveres. A evolução do conceito de população residente presente e dos seus efectivos consta do Quadro 12.

Quadro 12

Evolução do Conceito de População Residente Presente, 1864-2001

PORTUGAL

Censos Data Realização	Evolução do Conceito	População Residente Presente			Observações
		HM	H	M	
1 / Janeiro **1864**	População residente presente = População de facto - transeuntes ou População res. pres. = População de direito ou legal - ausentes	4 127 964	1 959 172	2 168 792	
1 / Janeiro **1878**	População residente presente = População de facto - transeuntes ou População res. pres. = População de direito ou legal - ausentes	4 504 659	2 142 134	2 362 525	
1 / Dezembro **1890**	-	-	-	-	Apesar de ter sido inquirido se os indivíduos eram presentes, temporariamente ausentes ou transeuntes, não foram feitos quaisquer apuramentos.
1 / Janeiro **1900**	-	-	-	-	"
1 / Dezembro **1911**	-	-	-	-	"
1 / Dezembro **1920**	-	-	-	-	"
1 / Dezembro **1930**	-	-	-	-	"
12 / Dezembro **1940**	População residente presente = População residente - População temporariamente ausente	7 646 593	3 663 003	3 983 590	
15 / Dezembro **1950**	População residente presente = População residente - População temporariamente ausente	8 351 122	4 009 862	4 341 260	
15 / Dezembro **1960**	População residente presente = População residente - População temporariamente ausente	8 743 851	4 156 630	4 587 221	
15 / Dezembro **1970**	Todas as pessoas inscritas no Boletim de Família como residentes e que à meia-noite do dia 14 de Dezembro estejam na unidade de alojamento ou que a ela cheguem até às nove horas da manhã do dia 15 de Dezembro e não tenham sido inscritos noutro boletim.	-	-	-	Apesar de ter sido inquirida não foram feitos apuramentos sobre a população residente presente.
16 / Março **1981**	A pessoa, que vivendo no alojamento, se encontrava presente no mesmo à data do momento censitário.	9 561 858	4 558 249	5 003 609	
15 / Abril **1991**	(Indivíduos que no momento censitário - 0 horas do dia 15 de Abril de 1991 - estavam presentes numa determinada unidade de alojamento e aí habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a maior parte dos seus haveres).	9 601 827	4 591 430	5 010 397	
12 / Março **2001**	(Indivíduos que, independentemente de no momento censitário estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres).	9 831 397	4 694 330	5 137 067	

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

À semelhança do conceito de população residente presente, o conceito de população residente ausente surge em 1970, sendo no entanto precedido pelo conceito de ausente.

O conceito de ausente surge logo nos dois primeiros recenseamentos, considerando-se ausentes os indivíduos que acidentalmente não se encontravam no seio da família de que faziam parte. Do mesmo modo que o conceito de população residente presente, o conceito de população residente ausente ou, somente ausente, só reaparece com o Recenseamento de 1940, contudo, com uma definição clara e precisa. O seu conteúdo mantém-se semelhante nos dois censos seguintes, 1950 e 1960. Segundo aquele Recenseamento, seria considerado ausente o indivíduo que, fazendo parte da família ou convivência, não se encontrava presente na habitação respectiva às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 nem a ela tivesse chegado até às 12 horas do mesmo dia. Os recenseamentos de 1950 e 1960 adoptam o mesmo conteúdo, alterando o espaço físico onde o indivíduo deveria estar presente para habitação e área territorial e a hora de chegada do dia seguinte para ser considerado ausente passa a ser as 9 horas.

O Recenseamento de 1970 apresenta um conceito de população residente ausente similar ao de população residente presente substituindo na sua definição a palavra “presente” pela “ausente”, à semelhança dos Censos de 1981, 1991 e 2001. A série de valores que vinha a ser construída desde 1940 é interrompida em 1970, sendo novamente retomada a partir de 1981.

O Quadro 13 traduz a evolução do conceito de população residente ausente nos vários recenseamentos, apresentando os seus valores, segundo a variável sexo.

Quadro 13

Evolução do Conceito de População Residente Ausente, 1864-2001

PORTUGAL

Censos Data Realização	Evolução do Conceito	População Residente Ausente			Observações
		HM	H	M	
1 / Janeiro **1864**	**Ausente** - as pessoas que acidentalmente não estavam no seio da família de que faziam parte.	159 031	115 025	44 006	
1 / Janeiro **1878**	**Ausente** - as pessoas que acidentalmente não estavam no seio da família de que faziam parte.	194 325	138 694	55 631	
1 / Dezembro **1890**	-	-	-	-	Apesar de ter sido inquirido se os indivíduos eram presentes, temporariamente ausentes ou transeuntes, não foram feitos quaisquer apuramentos.
1 / Janeiro **1900**	-	-	-	-	"
1 / Dezembro **1911**	-	-	-	-	"
1 / Dezembro **1920**	-	-	-	-	"
1 / Dezembro **1930**	-	-	-	-	"
12 / Dezembro **1940**	**Ausente** - A pessoa que, fazendo parte da família ou convivência, não estava presente na habitação respectiva às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940 nem a ela tivesse chegado até às 12 horas do mesmo dia.	108 830	71 345	37 485	
15 / Dezembro **1950**	**Ausente** - A pessoa residente que não estivesse presente na habitação familiar às 0 horas do dia 15 de Dezembro de 1950 nem a ela chegasse até às 9 horas do mesmo dia.	159 118	110 322	48 796	
15 / Dezembro **1960**	**Ausente** - O recenseado que, residindo em determinada área territorial, ali não se encontrasse às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960 nem a ela chegasse até às 9 horas do mesmo dia.	145 541	97 786	47 755	
15 / Dezembro **1970**	Todas as pessoas inscritas como residentes no Boletim de Família e que à meia-noite do dia 14 de Dezembro não estejam na unidade de alojamento ou a ela cheguem depois das nove horas da manhã do dia 15 de Dezembro.	-	-	-	Apesar de ter sido inquirida não foram feitos apuramentos sobre a população residente ausente.
16 / Março **1981**	A pessoa, que vivendo no alojamento, se encontrava ausente do mesmo à data do momento censitário.	271 156	179 466	91 690	
15 / Abril **1991**	(Indivíduos que no momento censitário - 0 horas do dia 15 de Abril de 1991 - estavam ausentes de uma determinada unidade de alojamento onde habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a maior parte dos seus haveres).	260 789	163 248	97 541	
12 / Março **2001**	(Indivíduos que, independentemente de no momento censitário estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres).	524 720	305 811	218 909	

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

É possível reconstruir uma série de valores dos residentes presentes e dos residentes ausentes para alguns recenseamentos.

Porém, o conceito de população residente ausente apresenta desde os dois primeiros recenseamentos uma definição clara e coerente, apesar das várias interrupções da série, ao contrário do conceito de população residente presente. Esta constatação levou à tentativa de criação de um conceito harmonizado de população residente presente e de população residente ausente, bem como, à tentativa de reconstituição dos valores dos seus efectivos para os anos em falta.

Esta segunda ambição, revelou-se desde cedo improvável, dada a ausência de meios técnicos para conseguir fazer apuramentos de valores de recenseamentos tão antigos, não realizados na devida altura. Contudo, é possível construir de forma simples um conceito de população residente presente até 1960, para os anos em que são disponibilizados valores, aproveitando o conceito de população residente ausente pela negativa, uma vez que, logicamente quando um indivíduo não se encontra ausente é porque está presente. Assim, em

jeito de fórmula, é possível definir a população residente presente como a população residente ou de direito ou legal menos a população temporariamente ausente ou simplesmente, os ausentes. Apesar da existência de conceitos expressos de modos diferentes, os seus valores podem considerar-se comparáveis entre si, uma vez que a essência do conteúdo dos conceitos acaba por ser a mesma.

3. Evolução da População Presente e População Residente segundo as Idades

3.1. Evolução do Conceito de Idade

Desde o Recenseamento Geral da População de 1864, o primeiro cientificamente considerado como tal em Portugal, que consta uma variável de enorme importância para a Demografia: a idade.

A idade é a variável mais importante a ter em conta no estudo da mortalidade, fecundidade, nupcialidade e outras áreas da análise demográfica. Também esta variável não teve um tratamento uniforme nos diversos Recenseamentos.

Quadro 14

Evolução do Conceito de Idade, 1864-2001

PORTUGAL

Censos	Evolução do Conceito	Observações
1864		As idades foram apuradas por meses, até ao ano; grupos de 3 meses até aos 2 anos; idades ano a ano até aos 10 anos; grupos quinquenais até aos 100 anos; mais de 100 anos e idade desconhecida
1878		As idades foram apuradas até ao ano; grupos de 5 em 5 anos até 20 anos; de ano em ano até aos 25; grupos quinquenais até 100 anos; mais 100 anos e idade desconhecida
1890	Indicar o número de anos já feitos. Para crianças com menos de um ano, a idade deverá ser expressa pelo número de meses completos.	As idades foram apuradas de ano em ano, até aos 19 anos; de 4 em 4 anos, até aos 99 anos; de 100 ou mais anos e de idade desconhecida
1900		As idades foram apuradas de ano em ano, até aos 14 anos; de 4 em 4 anos, até aos 99 anos; de 100 ou mais anos e de idade desconhecida
1911		As idades foram apuradas de ano em ano, até aos 14 anos; de 5 em 5 anos, até aos 100 anos; de mais de 100 e de idade desconhecida
1920		As idades foram apuradas de ano em ano, até aos 14 anos; de 5 em 5 anos, até aos 99 anos; de mais de 100 anos e de idade desconhecida
1930		"
1940	O número de anos completos decorridos desde o momento do nascimento do recenseado até às 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940. Se ainda não tiver um ano, escrever 0.	As idades foram apuradas de ano em ano até aos 100 e mais anos; grupos quinquenais até 100 e mais anos; e de idade ignorada
1950	O número de anos completos decorridos desde o momento do nascimento do recenseado até às 0 horas do dia 15 de Dezembro de 1950. Se nascer num ano terminado em 0 ou 5 riscar o código em referência.	As idades foram apuradas de ano em ano até aos 100 e mais anos; grupos quinquenais até 100 e mais anos
1960	Indicar a data do nascimento (dia, mês e ano)	O ano de nascimento não foi apurado
1970	Indicar o ano de nascimento. Caso não seja possível, por desconhecimento, indicar os anos completos.	Apuradas só as idades
1981	Indicar a data de nascimento (dia, mês e ano)	Apuradas as idades Apurado o ano de nascimento
1991	Indicar a data de nascimento (dia, mês e ano)	"
2001	Indicar a data de nascimento (dia, mês e ano)	"

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Sendo de extrema relevância para a qualidade dos dados dos Censos, a recolha e tratamento da variável idade foi objecto dos pareceres do Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo (1872). Assim, segundo a 9ª resolução da sessão deste Congresso sempre que o grau de instrução da população o permitisse, a idade deveria ser indicada no questionário pelo ano e mês de nascimento; quando a idade fosse indicada em anos, dever-se-ia considerar o número de anos já feitos; a idade das crianças com menos de um ano, deveria ser expressa no número de meses completos.

Quadro 15

Resumo dos agrupamentos da variável Idade observados e apurados nos Recenseamentos, 1864-2001

PORTUGAL

Apuramentos	Recenseamentos													
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
População Presente segundo as Idades	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-
Mês a mês até 12 meses	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por grupos trimestrais até 21 meses	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 22 meses até 35 meses	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano a Ano:														
0 anos	-	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-
1 e 2 anos	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-
3 a 10 anos	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-
11 a 14 anos	-	-	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-
15 a 20 anos	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
21 a 25 anos	-	X	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
26 e mais anos	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
Por grupos quinquenais:														
De _ 1 a _ 5 e de _ 6 a _ 0 até 101 e mais anos	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De _ 0 a _ 4 e de _ 5 a _ 9 até 100 e mais anos	-	-	X	X	-	X	X	X	X	-	-	-	-	-
De _ 0 a _ 4 e de _ 5 a _ 9 até 115 e mais anos	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade ignorada	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-
População Residente segundo as Idades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X
Ano a Ano:														
Menos de 1 ano; 1 ano ... até 122 anos ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Menos de 1 ano; 1 ano ... até 120 anos ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Menos de 1 ano; 1 ano ... De 100 ou mais anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X
Por grupos quinquenais:														
De _ 0 a _ 4 e de _ 5 a _ 9 até 100 e mais anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Menos de 1 ano; De _ 0 a _ 4 e de _ 5 a _ 9 até 75 e mais anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
De _ 0 a _ 4 e de _ 5 a _ 9 até 85 e mais anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-
De _ 0 a _ 4 e de _ 5 a _ 9 até 85 e mais anos; De menos de 1 ano e De 18 e mais anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
De _ 0 a _ 4 e de _ 5 a _ 9 até 90 e mais anos; De menos de 1 ano e De 18 e mais anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X

X - Ocorrência

O boletim do Censo de 1890 inquiriu apenas o número de anos já feitos pelo indivíduo, ou seja, optou pelo segundo método indicado pelo Congresso de S. Petersburgo por parecer aquele que menos podia induzir em erro. O Recenseamento de 1960 aumentou o grau de cobertura desta variável passando a inquirir o ano de nascimento. Apesar de não ter sido apurado, o ano de nascimento correspondia a um método indirecto de controlo da declaração de idade. Foi só no Recenseamento de 1981 que se procedeu ao apuramento simultâneo da população residente por idades e anos de nascimento, à semelhança do que viria a acontecer com os Censos de 1991 e 2001.

Uma das questões a ter em conta na análise da evolução das estruturas etárias observadas ao longo dos vários Recenseamentos é a interpretação correcta das expressões “anos feitos”, “meses completos” e “até aos (...) anos”, usadas principalmente nos primeiros Recenseamentos.

Por outro lado, há que ter em conta a existência de alguns erros frequentes na declaração das idades. Segundo o Anuário Demográfico da ONU, algumas causas de erro no registo da idade são: a ignorância da idade exacta, a negligência nas declarações e na forma como estas são obtidas, a atracção pelos números terminados em zero, dois ou cinco, a tendência que certos grupos etários têm para o rejuvenescimento ou envelhecimento, a aversão a certos números como o 13, além das falsas declarações feitas deliberadamente (Cónim, 1980, pp. 32-33).

Estas causas podem ainda segundo a ONU sintetizar-se nos seguintes pontos: “1) erros por defeito dos grupos de idade correspondentes aos indivíduos de 0 anos às idades mais jovens; 2) polarização das declarações sobre as idades terminadas pelos números 0 ou 5; 3) predominância das idades pares em detrimento das idades impares; 4) variação considerável e imprevista entre os dados respeitantes aos indivíduos do sexo masculino e feminino em certas idades; e, 5) diferença importante e dificilmente explicável dos dados respeitantes a grupos de idade vizinhos – consecutivos”.

3.2. Tratamento das Idades Desconhecidas na População Presente

O grau de exactidão da operação censitária e da declaração das idades é transmitida através do peso relativo dos indivíduos recenseados cuja idade é desconhecida ou ignorada (Cónim, 1980, pp. 22-23). Apesar desta rubrica ter perdido significado estatístico a partir de 1950, é de interesse observar a evolução dos indivíduos recenseados com idade desconhecida.

Quadro 16

Repartição da População Presente Observada com Idade Desconhecida, segundo o sexo, 1864-2001

PORTUGAL

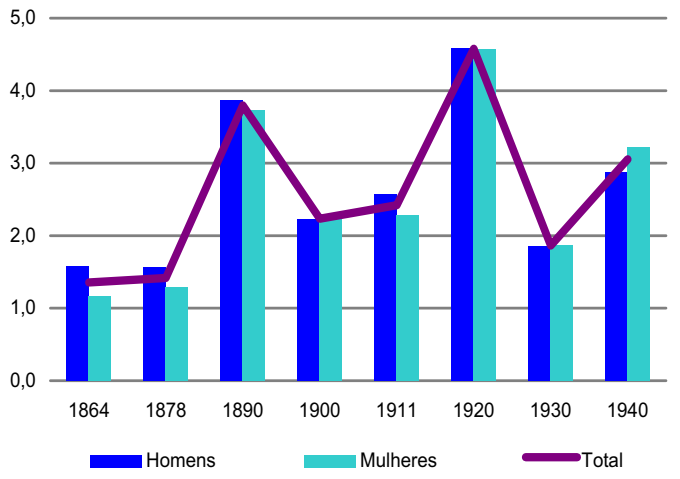
Anos Censos	População Presente			Idade Desconhecida (Valores Absolutos)			Idade Desconhecida (‰)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1/Janeiro 1864	4 188 410	2 005 540	2 182 870	5 678	3 153	2 525	1,36	1,57	1,16
1/Janeiro 1878	4 550 699	2 175 829	2 374 870	6 451	3 397	3 054	1,42	1,56	1,29
1/Dezembro 1890	5 049 729	2 430 339	2 619 390	19 165	9 396	9 769	3,80	3,87	3,73
1/Dezembro 1900	5 423 132	2 591 600	2 831 532	12 119	5 749	6 370	2,23	2,22	2,25
1/Dezembro 1911	5 960 056	2 828 691	3 131 365	14 424	7 271	7 153	2,42	2,57	2,28
1/Dezembro 1920	6 032 991	2 855 818	3 177 173	27 610	13 084	14 526	4,58	4,58	4,57
1/Dezembro 1930	6 825 883	3 255 876	3 570 007	12 717	6 036	6 681	1,86	1,85	1,87
12/Dezembro 1940	7 722 152	3 711 748	4 010 404	23 571	10 655	12 916	3,05	2,87	3,22
15/Dezembro 1950	8 441 312	4 060 266	4 381 046	-	-	-	-	-	-
15/Dezembro 1960	8 851 289	4 237 854	4 613 435	-	-	-	-	-	-
15/Dezembro 1970	8 447 790	3 959 895	4 487 895	-	-	-	-	-	-
16/Março 1981	9 852 841	4 742 524	5 110 317	-	-	-	-	-	-
15/Abril 1991	9 865 973	4 743 234	5 122 739	-	-	-	-	-	-
12/Março 2001	10 148 259	4 862 699	5 285 560	-	-	-	-	-	-

Da análise do Quadro 16 e da respectiva figura (Figura 7) há a realçar os níveis pouco significativos de efectivos com idade desconhecida nos Recenseamentos da População de 1864 a 1940. De facto, verificaram-se valores de cerca de 4 ‰ em 1890 e de 5 ‰ em 1920. Estes valores situam-se bastante abaixo dos valores considerados como preocupantes, do ponto de vista do sucesso das operações censitárias, neste campo específico.

Desde 1950 que os casos de idade desconhecida ou não declarada, mais frequentes nas idades avançadas, são resolvidos técnica e informaticamente [2].

Figura 7

População Presente Observada com Idade Desconhecida (em milhares)



3.3. População Presente e População Residente Observadas segundo o Sexo e as Idades

3.3.1. Evolução da População Presente e População Residente Observadas

O Quadro 17 (Cf. Anexo) sintetiza a evolução da população presente (1864 - 1950) e residente (1960 - 2001) observadas, por grandes grupos de idade, tendo sido definidos os seguintes grupos: 0 - 14 anos (população jovem); 15 - 64 (população em idade activa) subdividido em 15 - 24 (jovens em idade activa) e 25 - 64 (adultos em idade activa); 65 e mais anos (população idosa). Foram ainda consideradas outras agregações: 15 - 49 anos (população em idade fecunda, normalmente só calculado para a população feminina) e os idosos com 75 e mais anos.

Com base na repartição da população por grandes grupos etários foi ainda possível calcular alguns indicadores que permitem medir os graus de juventude ou envelhecimento e dependência da população.

A inclusão destes valores tem principalmente a finalidade de apresentação de uma síntese dos valores observados por idades e dos principais indicadores, além de servir de termo de comparação com os valores

corrigidos. Neste sentido, não será comentada a sua evolução, sendo que vários autores o fizeram anteriormente com bastante pormenor e rigor.

3.3.2. Qualidade dos Dados Censitários Observados

Pela aplicação de algumas técnicas específicas é possível medir, em termos sintéticos, o grau de qualidade dos dados censitários portugueses.

A análise directa dos dados censitários no sentido de apreciação da qualidade e precisão dos mesmos, nomeadamente no que respeita à distribuição da população por sexos e idades, tem por objectivo a localização dos erros cometidos, na tentativa de os reduzir ao mínimo. Este tipo de análise tem sido uma preocupação do INE, tendo sido abordada anteriormente por autores como Pais de Morais (1947) e Cónim (1980). Neste sentido, este subcapítulo tem por objectivo actualizar as análises de qualidade dos dados censitários anteriormente realizadas.

Não sendo um dos objectivos deste trabalho a explicação do processo de cálculo e aplicação dos vários métodos de análise da qualidade censitária, são apenas apresentados os resultados da aplicação dos vários métodos. As populações utilizadas são a população presente até 1950 e a população residente de 1960 a 2001 observadas.

Índice de Whipple ou de Concentração

De entre os métodos comumente mais utilizados para efectuar comparações internacionais, salienta-se o Índice de Whipple ou Índice de Concentração, indicador sensível às falsas declarações de idade, nomeadamente pela avaliação do grau de preferência aos números terminados em 0 ou 5.

A partir dos dados censitários, apenas é possível calcular o Índice de Whipple em relação à população observada de 1940 a 2001.

Quadro 18

Índice de Whipple, 1940-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Índice de Whipple (%)		
	HM	H	M
1940	118,34	116,00	120,38
1950	110,46	109,41	111,39
1960	108,69	107,45	109,80
1970	112,21	111,99	112,41
1981	102,18	102,20	102,16
1991	106,15	107,68	104,72
2001	101,32	101,45	101,19

Tendo em conta a classificação tipo do Índice de Whipple [3], o Recenseamento de 1940 é o que revela a maior atracção pelas idades terminadas em 0 e 5, sendo esta atracção mais notória no sexo feminino [4]. Pelo contrário, o Recenseamento de 2001, apresentando os valores mais próximos de 100, corresponde a uma situação de quase inexistência de concentração pelos números terminados em 0 ou 5.

Quadro 19

Grau de qualidade dos recenseamentos portugueses segundo o Índice de Whipple, 1940-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Grau de Qualidade	
	H	M
1940	Dados aproximados	Dados aproximados
1950	Dados relativamente exactos	Dados aproximados
1960	Dados relativamente exactos	Dados relativamente exactos
1970	Dados aproximados	Dados aproximados
1981	Dados muito exactos	Dados muito exactos
1991	Dados relativamente exactos	Dados muito exactos
2001	Dados muito exactos	Dados muito exactos

É notória a tendência para o acréscimo do grau de qualidade dos dados censitários entre 1940 e 2001. Esta tendência positiva é interrompida com o Censo de 1970, em que se passa de uma situação de “dados relativamente exactos” (105 - 110) para o regresso de uma situação de “dados aproximados” (110 - 125), que se tinha verificado em 1940. Dos vários recenseamentos analisados, os de 1981 e 2001 são os que apresentam o grau de qualidade mais elevado, com uma situação de “dados muito exactos”, ou seja, com valores inferiores a 105. O Censo de 1991 apresenta um ligeiro recuo em termos de qualidade, no que respeita aos valores dos homens (106,15), com “dados relativamente exactos”.

Índice de Myers e Índice de Regularidade

Este índice tem como objectivo o cálculo de um indicador sintético de análise da declaração das idades nos recenseamentos em toda a sua extensão. Enquanto que o Índice de Whipple avalia as distorções relativas aos números terminados em 0 ou 5, o Índice de Myers traduz a intensidade das preferências ou rejeições em relação a todos os números, de 0 a 9, representado pelo somatório em valor absoluto dos dez índices individuais de cada dígito [5].

O Índice de Myers foi aplicado aos dados dos recenseamentos de 1940 a 2001.

Quadro 20

Índice de Mayers - variações segundo o sexo e os vários dígitos, 1940-2001

PORTUGAL — TOTAL

Dígitos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
0	+ 2,7	+ 1,4	+ 1,2	+ 1,7	+ 0,3	+ 0,2	+ 0,1
1	- 2,1	- 1,6	- 1,1	- 1,2	- 0,1	- 0,1	- 0,2
2	- 0,1	+ 0,1	0,0	+ 0,1	- 0,1	- 0,1	- 0,1
3	- 0,3	- 0,3	- 0,2	- 0,3	- 0,1	- 0,1	- 0,1
4	- 0,3	- 0,1	0,0	- 0,1	- 0,1	- 0,1	0,0
5	+ 0,8	+ 0,3	+ 0,4	+ 0,6	+ 0,1	+ 0,2	+ 0,2
6	+ 0,1	+ 0,1	+ 0,1	- 0,2	+ 0,1	+ 0,1	+ 0,1
7	- 0,4	0,0	0,0	- 0,2	0,0	0,0	0,0
8	+ 0,8	+ 0,8	+ 0,3	+ 0,4	0,0	+ 0,1	0,0
9	- 1,3	- 0,6	- 0,6	- 0,7	0,0	0,0	0,0

HOMENS

Dígitos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
0	+ 2,2	+ 1,1	+ 0,9	+ 1,5	+ 0,3	+ 0,2	+ 0,1
1	- 1,6	- 1,3	- 0,9	- 1,0	- 0,1	- 0,1	- 0,1
2	- 0,1	+ 0,1	0,0	+ 0,1	- 0,1	- 0,1	- 0,1
3	- 0,3	- 0,3	- 0,2	- 0,4	- 0,1	- 0,1	- 0,1
4	- 0,2	- 0,1	0,0	- 0,2	- 0,1	- 0,1	- 0,1
5	+ 0,7	+ 0,2	+ 0,4	+ 0,6	+ 0,1	+ 0,2	+ 0,2
6	+ 0,1	+ 0,1	+ 0,1	- 0,2	0,0	- 0,1	+ 0,1
7	- 0,3	0,0	0,0	- 0,1	0,0	0,0	- 0,1
8	+ 0,7	+ 0,7	+ 0,2	+ 0,3	0,0	0,0	0,0
9	- 1,1	- 0,5	- 0,5	- 0,6	0,0	0,0	+ 0,1

MULHERES

Dígitos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
0	+ 3,2	+ 1,7	+ 1,4	+ 1,8	+ 0,3	+ 0,1	+ 0,1
1	- 2,5	- 1,9	- 1,2	- 1,3	- 0,2	- 0,2	- 0,2
2	0,0	+ 0,1	0,0	+ 0,1	- 0,1	- 0,2	- 0,1
3	- 0,4	- 0,4	- 0,2	- 0,3	- 0,1	- 0,1	- 0,1
4	- 0,3	- 0,1	0,0	- 0,1	- 0,1	- 0,1	0,0
5	+ 0,9	+ 0,3	+ 0,4	+ 0,5	+ 0,1	+ 0,2	+ 1,0
6	+ 0,1	+ 0,2	+ 0,1	- 0,1	+ 0,1	+ 0,1	+ 0,1
7	- 0,4	0,0	0,0	- 0,2	0,0	0,0	0,0
8	+ 0,9	+ 0,8	+ 0,3	+ 0,5	+ 0,1	+ 0,1	+ 0,1
9	- 1,4	- 0,7	- 0,7	- 0,8	- 0,1	- 0,1	0,0

A diminuição dos valores observados desde 1940, reflecte a melhoria contínua da recolha da declaração das idades, nomeadamente com a introdução do quesito do ano de nascimento em 1960 e 1970. A melhoria significativa dos valores de 1940 para 1950, traduz o aparecimento neste último recenseamento do primeiro sistema de controle sobre a declaração das idades, que levou ao desaparecimento das idades desconhecidas ou ignoradas.

Uma análise mais pormenorizada revela que, os dígitos onde se verifica maior atracção na declaração das idades, em ambos os sexos, parecem ser os terminados em 0, 5 e 8. De modo geral, as variações encontradas diminuem cerca de metade de 1940 para 1960, tornando a aumentar em 1970. Os Recenseamentos de 1981 e 2001 apresentam na globalidade os valores mais baixos, a par com o Censo de 1991, com pequenos aumentos não significativos.

Quadro 21

Índice de Myers, 1940-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Índice de Myers		
	HM	H	M
1940	8,85	7,24	10,27
1950	5,40	4,38	6,31
1960	3,82	3,26	4,37
1970	5,45	4,91	5,92
1981	1,06	0,94	1,18
1991	1,03	0,97	1,10
2001	0,97	0,91	1,02

Pelo contrário, os dígitos com maior repulsão são os terminados em 1 e 9, com maior incidência nas mulheres. Nos Recenseamentos de 1981 e 1991 esta situação não é tão visível no total e nos homens, mantendo-se no entanto, para as mulheres. No Censo de 2001 é sobretudo visível a repulsão pelos dígitos terminados em 1.

A partir do Índice de Myers é possível calcular um "Índice de regularidade", que representa, em percentagem, o nível de regularidade da declaração das idades.

Quadro 22

Índice de Regularidade - Myers, 1940-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Índice de Regularidade		
	HM	H	M
1940	95,08	95,98	94,29
1950	97,00	97,57	96,49
1960	97,88	98,19	97,57
1970	96,97	97,27	96,71
1981	99,41	99,48	99,35
1991	99,43	99,46	99,39
2001	99,46	99,49	99,43

O Índice de Regularidade aumentou continuamente entre 1940 e 2001, com excepção do Recenseamento de 1970. Verifica-se, de facto, um constante e elevado grau de acréscimo de cobertura dos recenseamentos de 1940 para 2001, passando-se de um índice, em termos totais, de 95,08 em 1940, para 99,46 em 2001.

A análise pormenorizada segundo o sexo revela que os índices encontrados para os homens apresentam constantemente um grau de regularidade mais elevado do que os das mulheres.

Índice de Bachi

À semelhança do Índice de Whipple, o Índice de Bachi mede a ordem de preferência que os declarantes indicam para cada um dos dez dígitos (0 a 9), pelos quais pode terminar uma idade [6].

Quadro 23

Índice de Bachi, 1940-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Índice de Bachi		
	HM	H	M
1940	5,05	4,26	5,68
1950	3,39	2,82	3,73
1960	2,25	1,90	2,57
1970	3,14	2,77	3,27
1981	0,49	0,46	0,53
1991	0,41	0,45	0,42
2001	0,34	0,28	0,37

Como se pode observar, desde 1940 que se verifica a diminuição progressiva da tendência para a atracção e repulsão pelos vários dígitos. Os valores encontrados para as mulheres revelam níveis de atracção e repulsão mais intensos do que os observados nos homens. O Recenseamento de 1970 volta a apresentar níveis de atracção e repulsão superiores na generalidade dos dígitos. Os últimos recenseamentos, 1991 e 2001, revelam uma sensível melhoria, com valores muito próximos de 0.

Os dígitos de maior atracção são o 0, o 5 e, de modo menos intenso, o 8. Pelo contrário, os dígitos de maior repulsão são o 1 e o 9. No último Censo, o 3 é o dígito de maior repulsão, em especial nas mulheres. Estes valores são semelhantes para ambos os sexos de modo idêntico ao observado no Índice Myres.

Quadro 24

Índice de Bachi - variações segundo o sexo e os vários dígitos, 1940-2001

PORTUGAL — TOTAL

Dígitos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
0	+ 3,4	+ 2,1	+ 1,6	+ 2,0	+ 0,3	+ 0,2	+ 0,1
1	- 2,5	- 2,1	- 1,3	- 1,4	- 0,1	0,0	0,0
2	+ 0,2	0,0	- 0,1	0,0	- 0,1	0,0	+ 0,1
3	- 0,3	- 0,4	- 0,3	- 0,3	- 0,1	- 0,1	- 0,2
4	- 0,5	- 0,2	- 0,1	- 0,1	- 0,1	- 0,1	- 0,1
5	+ 0,8	+ 0,3	+ 0,3	+ 0,7	+ 0,2	+ 0,2	+ 0,2
6	0,0	+ 0,2	0,0	- 0,2	0,0	0,0	0,0
7	- 0,6	0,0	- 0,1	- 0,2	0,0	- 0,1	- 0,1
8	+0,9	+ 0,7	+ 0,4	+ 0,3	0,0	0,0	0,0
9	- 1,5	- 0,6	- 0,4	- 0,7	- 0,1	- 0,1	0,0

HOMENS

Dígitos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
0	+ 3,0	+ 1,9	+ 1,3	+ 1,9	+ 0,3	+ 0,2	0,0
1	- 2,1	- 1,9	- 1,1	- 1,3	- 0,1	0,0	- 0,1
2	+ 0,3	0,0	- 0,1	0,0	0,0	- 0,1	0,0
3	- 0,4	- 0,3	- 0,3	- 0,3	- 0,2	- 0,1	- 0,1
4	+ 0,7	- 0,3	- 0,2	- 0,2	- 0,1	+ 0,2	- 0,1
5	0,0	+ 0,3	+ 0,2	+ 0,7	+ 0,1	0,0	+ 0,2
6	- 0,6	+ 0,2	0,0	- 0,2	0,0	- 0,1	+ 0,1
7	+ 0,6	+ 0,7	+ 0,4	- 0,1	0,0	0,0	- 0,1
8	- 1,1	- 0,4	- 0,2	+ 0,2	0,0	- 0,1	0,0
9	0,0	0,0	- 0,1	- 0,6	0,0	0,0	0,0

MULHERES

Dígitos	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
0	+ 3,8	+ 2,3	+ 1,8	+ 2,1	+ 0,3	+ 0,1	+ 0,1
1	- 2,7	- 2,3	- 1,5	- 1,6	- 0,1	- 0,1	- 0,1
2	+ 0,2	0,0	- 0,1	0,0	- 0,1	0,0	+ 0,1
3	- 0,4	- 0,4	- 0,3	- 0,3	- 0,1	- 0,1	- 0,2
4	- 0,5	- 0,2	- 0,1	- 0,1	- 0,1	- 0,1	- 0,1
5	+ 1,0	+ 0,4	+ 0,3	+0,7	+ 0,2	+ 0,2	+ 0,2
6	0,0	+ 0,3	0,0	- 0,1	+ 0,1	0,0	+ 0,1
7	- 0,7	- 0,1	- 0,1	- 0,3	0,0	- 0,1	- 0,1
8	+ 0,9	+ 0,8	+ 0,4	+ 0,4	0,0	0,0	0,0
9	- 1,5	- 0,8	- 0,5	- 0,9	- 0,1	- 0,1	0,0

Índice Combinado das Nações Unidas

As Nações Unidas elaboraram um índice que pretende medir a qualidade global de um recenseamento. É um índice que combina o Índice de Regularidade das Idades e o Índice de Regularidade dos Sexos.

Quadro 25

Índice Combinado das Nações Unidas, 1864-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Nível	Índice Combinado
1864	III	79,6
1878	III	62,8
1890	II	30,1
1900	II	29,4
1911	II	28,6
1920	II	22,2
1930	I	18,8
1940	I	15,1
1950	I	15,7
1960	I	14,6
1970	I	15,5
1981	I	12,9
1991	I	12,0
2001	I	11,6

O Índice Combinado das Nações Unidas[7] é o que reflecte de modo mais evidente o efeito diferencial dos movimentos naturais e dos movimentos migratórios.

Neste sentido, é provável que os valores dos Índices do Recenseamento de 1970 traduzam, mais do que a qualidade dos dados, as transformações ocorridas na sociedade portuguesa daquela época, nomeadamente os intensos movimentos migratórios (cerca de um milhão de indivíduos, entre 1960 e 1970).

Segundo Cónim, tendo em atenção o fenómeno cíclico e irregular e o peso relativo e potencial dos movimentos migratórios na alteração da relação das idades e da masculinidade, é possível introduzir correcções ao Índice já calculado, eliminando os grupos preferencialmente sujeitos a estes movimentos (1980, pp. 88-91).

Assim, podem adoptar-se dois procedimentos correctivos aos recenseamentos desde 1940. Este tipo de correcção justifica-se, nomeadamente em relação a 1960 e 1970, pelo reflexo das interferências das migrações.

Os grupos etários a eliminar na primeira hipótese correctiva são os grupos de 15 - 19, 20 - 24 e 25 - 29 anos e na segunda hipótese, os grupos de 15 - 19, 20 - 24, 25 - 29, 30 - 34, 35 - 39, 40 - 44 e 65 - 69 anos.

O índice de masculinidade e o índice de regularidade das idades segundo o sexo, referentes às hipóteses I e II, pode ser observado no quadro seguinte.

Quadro 26

Índice de Masculinidade e Índice de Regularidade das Idades, segundo o sexo, 1940-2001

PORTUGAL

Dígitos	1940		1950		1960		1970		1981		1991		2001	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Índice de masculinidade	2,4	1,7	2,8	2,7	2,5	3,1	1,9	1,7	1,9	1,1	1,7	1,8	1,8	1,6
Índice de Regularidade das idades - Homens	3,5	4,4	4,0	2,5	3,6	3,3	3,9	5,3	4,0	4,0	3,1	3,2	3,2	2,9
Índice de Regularidade das idades - Mulheres	3,5	4,4	4,0	3,0	3,2	2,6	3,3	4,3	3,7	4,1	2,9	3,2	3,1	2,7

Na primeira hipótese correctiva verifica-se uma diminuição considerável do índice referente ao Recenseamento de 1970, permanecendo os índices referentes aos restantes recenseamentos praticamente idênticos. A segunda hipótese de correcção reflecte ajustamentos de maior dimensão, particularmente com as diminuições dos valores dos Recenseamentos de 1950 e 1981.

Quadro 27

Índice Combinado das Nações Unidas e hipóteses correctivas, 1940-2001

PORTUGAL

Anos Censos	Valores observados (sem correcções)	Eliminando os grupos etários de 15-19, 20-24 e 25-29	Eliminando os grupos etários de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39. 40-44 e 65-69
	Índice Bruto	Índices corrigidos	
1940	15,1	14,3	14,0
1950	15,7	16,2	13,7
1960	14,6	14,2	15,1
1970	15,5	13,0	14,6
1981	12,9	13,4	11,2
1991	12,0	11,3	11,8
2001	11,6	11,8	10,5

Os índices corrigidos apresentam valores muito semelhantes entre si, sendo a diferença mais notória em 1950.

Em termos de classificação tipo, os índices brutos e corrigidos enquadram-se no nível I, ou seja, no nível dos dados sujeitos a variações fracas ou médias.

Há que realçar que os Índices Combinados das Nações Unidas reflectem, mais do que a sua qualidade, a interferência de alguns fenómenos como a forte mortalidade, a intensidade dos movimentos migratórios, entre outros.

Em síntese, a avaliação da qualidade dos dados dos censos não se esgota nas técnicas específicas de análise do grau de qualidade e coerência das operações censitárias. Importa ter em conta as alterações específicas da situação demográfica, nomeadamente os movimentos naturais e migratórios intensos, além da ocorrência de fenómenos extra-demográficos, como as guerras e epidemias.

O método mais completo de controle da qualidade dos dados censitários consiste na comparação destes com as estatísticas do movimento natural da população, especificamente com as estatísticas da mortalidade, natalidade, nupcialidade e divorcialidade. Neste capítulo, sobre a avaliação da qualidade dos dados censitários, foram utilizados alguns métodos de avaliação directa como os índices de Whipple, Myers, Bachi, Regularidade e Índice Combinado das Nações Unidas, a partir dos quais é possível tecer algumas conclusões.

Da análise dos vários Recenseamentos da População portugueses (1864 - 2001), ressalta a melhoria progressiva da sua qualidade, nomeadamente no que se refere à declaração das idades. Os dados das mulheres recenseadas apresentam maiores desvios do que os dos homens. A melhoria da qualidade na declaração das idades é interrompida em 1970, onde a maioria dos índices sobem de valores. Para além da má cobertura do próprio recenseamento, o tratamento e apuramento dos dados foram deficientes, tendo sido apuradas, primeiro uma estimativa a 5%, depois a 20% e, mais tarde, apenas uma selecção de variáveis, sem desagregação por sexo, a 100%.

A influência de determinados indicadores perturbadores da estrutura da população, como os movimentos migratórios, não pode ser descurada, não se podendo atribuir a diminuição de qualidade dos recenseamentos apenas a erros de declaração.

3.4. População Presente e População Residente Corrigidas segundo o Sexo e as Idades

3.4.1 Eliminação das Idades Desconhecidas e Ajustamento dos Dados por Idades Ano a Ano

A constatação da existência de indivíduos com idade desconhecida nos Recenseamentos da População de 1864 a 1940, inclusive, bem como, a detecção da insuficiência do detalhe dos dados disponíveis por idades, levantou a necessidade de repartição e redistribuição da população por grupos etários quinquenais ou por idades ano a ano. Este "ajustamento" dos dados brutos observados, devido mais à sua própria incoerência do que à existência de situações concretas desajustadas, levou à aplicação de alguns procedimentos metodológicos que procuraram minimizar o efeito destas situações.

Eliminação das idades desconhecidas - Método de Coale e Demeny:

Tendo como principal objectivo a eliminação da população presente observada com idade desconhecida nos Recenseamentos de 1864 a 1940, aplicou-se aos dados brutos observados a técnica de correcção de Coale e Demeny. Através desta técnica, foi obtido um ponderador, pela divisão dos efectivos dos Homens ou Mulheres presentes recenseados, incluindo os com idade desconhecida, pelo valor da diferença entre os Homens ou Mulheres presentes observados e o valor dos Homens ou Mulheres presentes com idade desconhecida:

$$\text{Ponderador Idade Desconhecida} = \frac{\text{H / M Presentes Observados}}{\text{(H / M Presentes Observados - H / M Presentes com Idade Desconhecida)}}$$

Os valores observados da população por idades são, por sua vez, multiplicados pelo ponderador obtido para os Homens ou Mulheres, tendo-se assim distribuído os indivíduos com idade desconhecida.

Ajustamento dos dados por grupos etários quinquenais - Multiplicadores ou Coeficientes de Sprague:

Com vista à realização de alguns cálculos e índices demográficos específicos, procedeu-se ao agrupamento das idades observadas em grupos etários quinquenais. Partindo dos efectivos disponíveis por grupos etários quinquenais foi possível aplicar os multiplicadores ou coeficientes de Sprague, obtendo-se valores por idades ano a ano, até aos 100 e mais anos. Estes coeficientes estão repartidos por cinco tabelas (primeira, segunda, intermédia, antepenúltima e última) que utilizam quatro ou cinco grupos etários quinquenais segundo as idades sucessivas (as duas primeiras e as duas últimas tabelas utilizam quatro grupos etários e a tabela intermédia é desenvolvida a partir de cinco grupos etários).

Se os efectivos de um determinado grupo etário quinquenal, para o qual se procura obter uma repartição de idades ano a ano, forem designados como N_0 (sendo N_1, N_2, N_3, N_4 e N_5 as idades correspondentes), o processo geral dos multiplicadores ou coeficientes estabelece a seguinte igualdade:

$$N_0 = N_1 + N_2 + N_3 + N_4 + N_5$$

Ajustamento dos dados por idades ano a ano - Método Enquadrante das Idades:

Tal como já referido anteriormente, os dados da população por sexos e idade são frequentemente objecto de alguns erros. Cabe à Demografia e à Estatística detectar esses erros, principalmente os mais flagrantes, e eventualmente proceder a determinadas correcções que conduzam a resultados mais fiáveis.

Assim, como índice regulador das idades, ensaiou-se o Método Enquadrante das Idades, em que uma determinada idade (N_X é a população corrigida com idade N) resulta da soma dos efectivos das duas idades enquadrantes, ou seja:

$$N_X = \frac{N_X - 1 + N_X + 1}{2}$$

Este cálculo é impossível no grupo etário dos 0 - 4 anos e dos 85 e mais anos.

O Método Enquadrante das Idades foi aplicado à população presente corrigida por idades dos Recenseamentos de 1864 a 1950 e à população residente por idades de 1960 a 2001.

3.4.2 Evolução da População Presente e População Residente Corrigidas

O Quadro 28 (Cf. Anexo) sintetiza a evolução da população presente (1864 - 1950) e residente (1960 - 2001) corrigidas, após a aplicação dos métodos de correcção (descritos no ponto 3.4.1.), por grupos de idade, bem como, alguns índices que permitem medir os graus de juventude ou envelhecimento e dependência da população.

3.5 Análise das Diferenças dos Efectivos Populacionais Observados e Corrigidos

A análise das diferenças entre os efectivos populacionais observados (Quadro 17) e os corrigidos (Quadro 28) revela que estas são mínimas. Contudo, há a realçar algumas diferenças específicas, em termos absolutos, pois em valores percentuais não são praticamente notórias.

De modo geral e em termos totais verifica-se uma subavaliação dos valores dos efectivos populacionais segundo o sexo e por idades observadas, com excepção dos Recenseamentos de 1950, 1970, 1981, 1991 e 2001, observando-se as maiores diferenças nos Recenseamentos de 1890 (-21 368), 1900 (-13 972) e 1920 (-25 212 indivíduos).

Ainda em termos totais mas no que se refere à distribuição por sexos, nos dois primeiros recenseamentos (1864 e 1878) verifica-se uma subavaliação dos valores dos homens, na ordem dos 6 000 indivíduos cada. Os recenseamentos seguintes (1890 e 1900) apresentam diferenças ligeiramente maiores nas mulheres (-10 737 e -7 234 respectivamente), sendo que no Censo de 1911 a diferença é pela negativa de cerca de 7 000 indivíduos por sexo. É no Recenseamento de 1920 que a diferença entre a população observada e a corrigida é mais notória, com cerca de 25 000 indivíduos, apresentando as mulheres o diferencial mais elevado (-13 373). Nos recenseamentos a seguir, 1930 e 1940, as diferenças são ainda menores, salientando-se os valores de -4 230 mulheres e -1 085 homens, respectivamente de cada censo. O Recenseamento de 1950 apresenta pela primeira vez valores de diferença positivos, não chegando, no entanto, aos 2 000 indivíduos. O Censo de 1960 volta a revelar uma ligeira diferença pela negativa mais acentuada nos homens (-3 158 homens). A partir deste Censo as diferenças são sempre pela positiva embora com valores pouco significativos: +1 600, +5 860, +1 135 e +1 264 indivíduos, respectivamente dos Recenseamentos de 1970, 1981, 1991 e 2001.

No que se refere à análise das diferenças mas por grupos etários e sexos, há também a salientar alguns valores. O Recenseamento de 1864 apresenta as maiores diferenças nos jovens do grupo etário dos 15 - 24 anos com -6 301 indivíduos, dos quais -3 921 são homens, seguido dos de 0 - 14 anos com -5 317 indivíduos. O Censo de 1878 é o que apresenta na distribuição por grandes grupos etários as diferenças mais significativas, com valores de -87 120 indivíduos no grupo etário dos 15 - 24 anos, dos quais -47 582 são mulheres e de +82 277 no grupo etário dos 25 - 64 anos, dos quais +45 674 são também mulheres. De notar que estes últimos valores positivos praticamente anulam o efeito negativo dos do grupo etário anterior. Os recenseamentos seguintes, 1890, 1900 e 1911, apresentam sempre valores negativos quando se analisa a distribuição das diferenças por grandes grupos de idades, não ultrapassando estas diferenças os 7 000 indivíduos. Do Censo de 1920 há a salientar uma diferença de -11 000 indivíduos no grupo etário dos adultos em idade activa (25 - 64 anos), dos quais cerca de -6 000 são mulheres. Os Recenseamentos de 1930 a 1970, apresentam pequenas diferenças pouco significativas, quer pela positiva quer pela negativa, nos vários grupos de idade, sendo de salientar os valores de -16 465 e -14 180 indivíduos com 15 - 49 anos, contribuindo sobretudo para esta diferença os valores das mulheres, nos Censos de 1940 e 1950, respectivamente. Os últimos recenseamentos demonstram diferenças mínimas, quase sempre pela positiva, o que pode indiciar uma ligeira sobreavaliação dos dados, salientando-se o valor de +5 104 indivíduos no grupo etário dos 0 - 14 anos do Recenseamento de 1981.

Como se pode observar, as diferenças resultantes da aplicação de métodos correctivos aos valores da população presente (1864 - 1950) e residente (1960 - 2001) observados não são muito significativas, salientando-se alguns ajustes nos valores sobretudo das mulheres e em alguns grupos de idade, o que reflecte a tendência de níveis de atracção por determinadas idades maiores nas mulheres do que nos homens. Por outro lado, verifica-se uma diminuição das diferenças existentes com a aproximação dos recenseamentos mais recentes, o que está directamente relacionado, como já foi visto anteriormente (ponto 3.3.2.) com a melhoria da qualidade da recolha e tratamento dos dados censitários.

3.6 Análise da Estrutura Etária da População Presente e Residente Corrigidas

As pirâmides de idade construídas a partir dos dados dos recenseamentos da população constituem um dos meios mais simples e eficazes de observação das modificações da estrutura demográfica ao longo dos tempos, pelo confronto numérico entre as diferentes idades e os respectivos sexos.

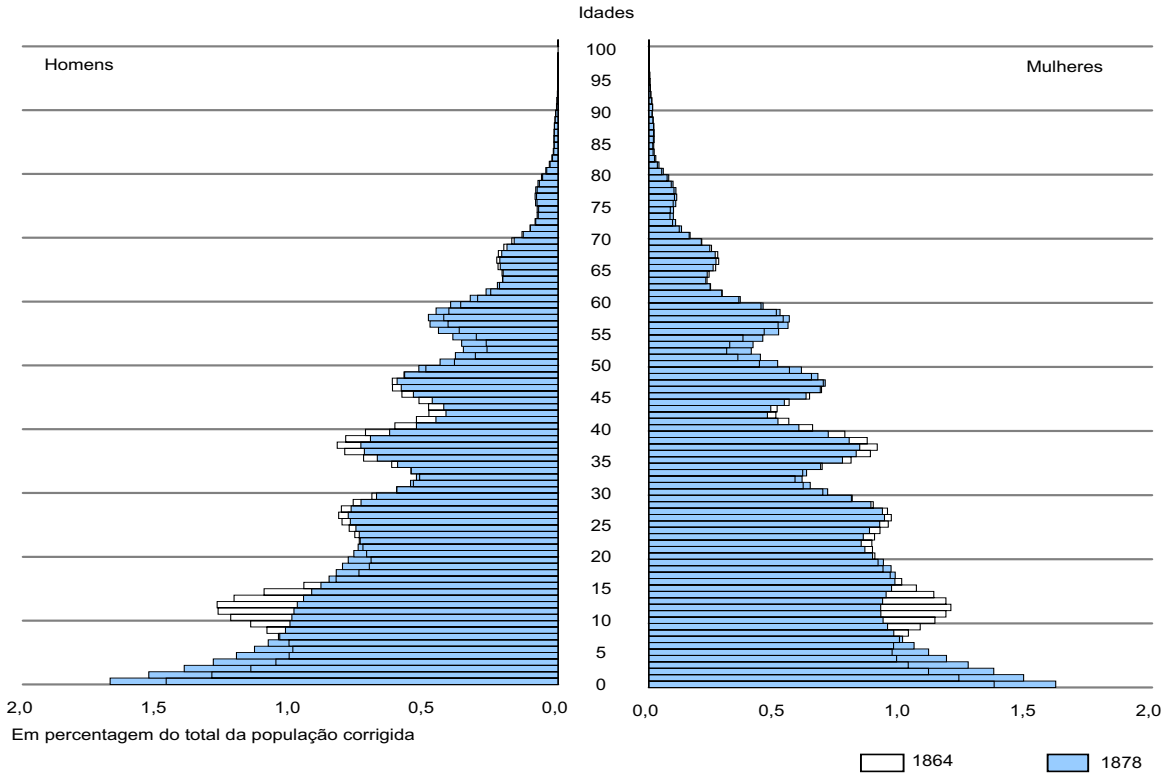
A partir dos valores da população presente (1864 - 1950) e da população residente (1960 - 2001) corrigidos, resultantes da aplicação de algumas técnicas de correcção, é possível construir, pela primeira vez, pirâmides etárias por idades ano a ano, com valores harmonizados e comparáveis entre si [8].

As pirâmides agora apresentadas, principalmente as referentes aos primeiros recenseamentos, devem, ainda assim, ser analisadas com algumas precauções, pois os seus valores podem conter alguns erros resultantes da imperfeição dos registos da altura. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, muitos indivíduos não sabiam a sua própria idade exacta, indicando-a por cálculo aproximado.

As pirâmides de 1864 e 1878 sobrepostas, revelam-se bastante irregulares. As bases das pirâmides correspondentes aos primeiros cinco anos de idade quase não ultrapassam as barras dos cinco anos seguintes, especialmente no primeiro recenseamento, o que indica, por um lado uma forte mortalidade nos primeiros anos de vida e, por outro lado, uma quebra na natalidade. Verificam-se fortes oscilações em vários grupos de idades, reflexo da mortalidade ocorrida devido às guerras que ocorreram em Portugal, no século XIX, nomeadamente a guerra peninsular e a guerra civil que terminou em 1834, afectando também os nascimentos, cujas quebras estão bem patentes nas pirâmides. São, também, já visíveis os efeitos da emigração, sobretudo nos indivíduos do sexo masculino com idades entre os 15 e 25 anos. A curta duração média de vida pode ser observada nas proximidades do vértice das pirâmides, com um forte recuo da população a partir dos 60 anos.

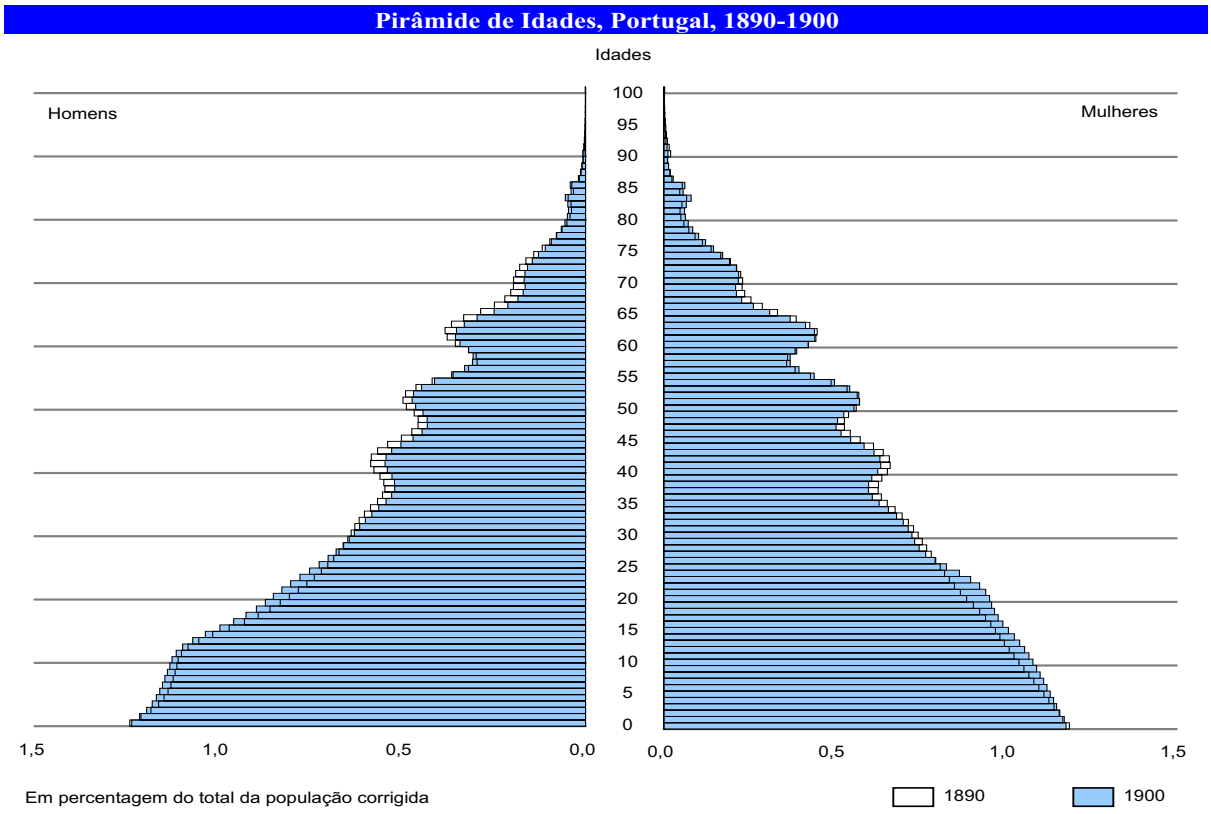
Figura 8

Pirâmide de Idades, Portugal, 1864-1878



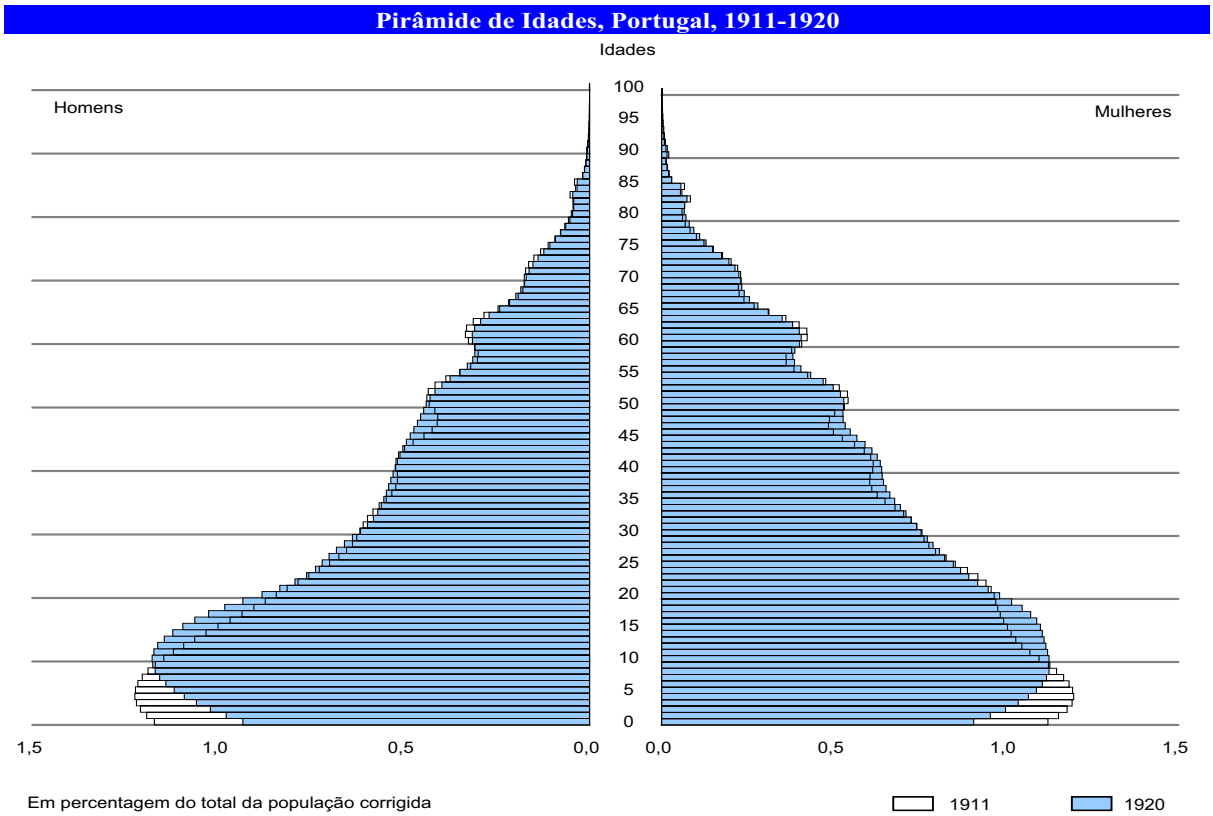
As pirâmides de 1890 e 1900 apresentam-se um pouco mais regulares, não sendo tão notórias as oscilações das anteriores. Continua a verificar-se uma forte mortalidade sobretudo nos primeiros anos de vida, apesar do aumento da natalidade. As oscilações nalguns grupos de idade vindas das pirâmides anteriores são mais atenuadas embora ainda visíveis.

Figura 9



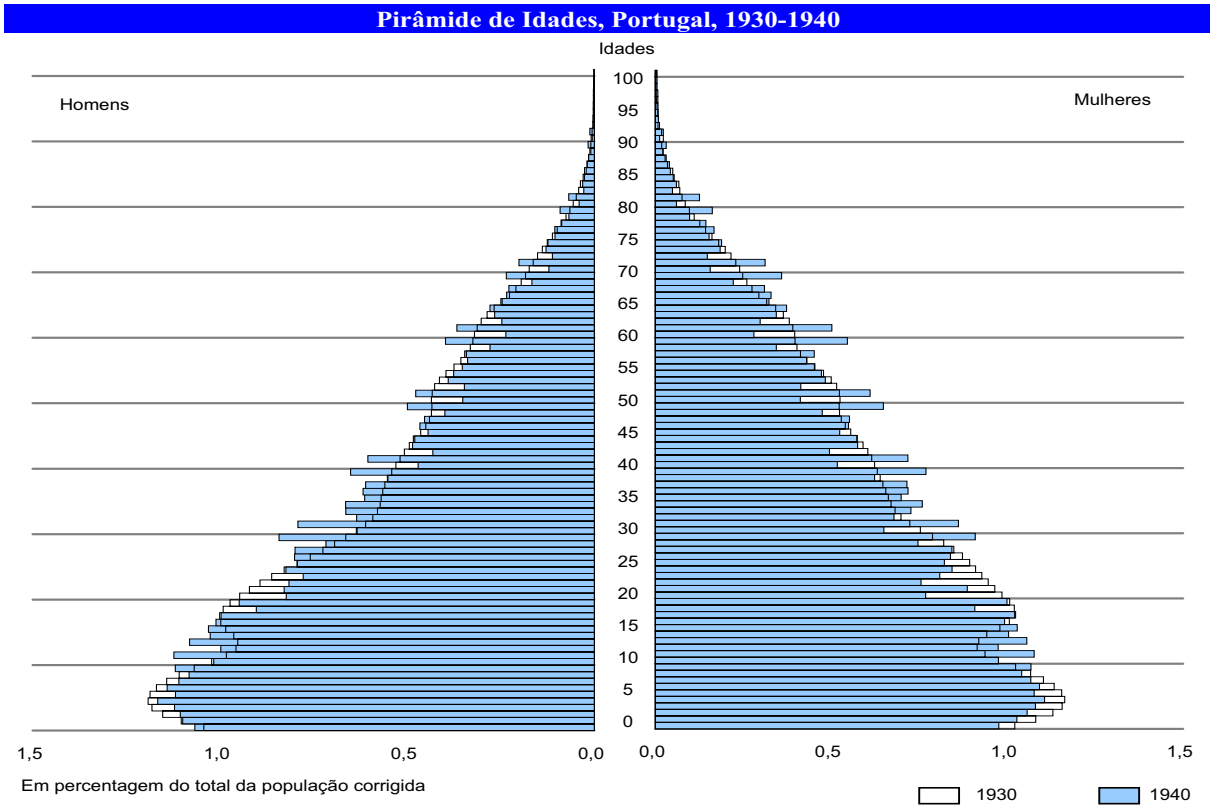
No que se refere às pirâmides de 1911 e 1920, verifica-se em 1911 uma aproximação maior entre os primeiros dois grupos quinquenais, sendo que o segundo grupo, sobretudo nos homens, é ligeiramente superior. Na pirâmide de 1920 salienta-se uma forte queda da natalidade e a subida dos óbitos nos primeiros anos de vida, o que faz com que a base da pirâmide fique bastante reduzida. Foi o resultado dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, da gripe pneumónica e dos fortes movimentos de emigração.

Figura 10



A pirâmide de 1930 apresenta uma configuração diferente das anteriores, reflectindo a diminuição da mortalidade em geral e o aumento da esperança de vida. Até aos 9 anos de idade os valores são muito próximos, sendo que os dos 10 - 14 anos encontram-se recuados em relação às idades seguintes, facto que já vem da pirâmide anterior, pois corresponde ao desfalque dos 0 - 4 anos. Até aos 30 anos observa-se o alargamento da pirâmide, seguido do acentuar do recuo, salientando-se também o alargamento para além dos 60 anos de idade.

Figura 11

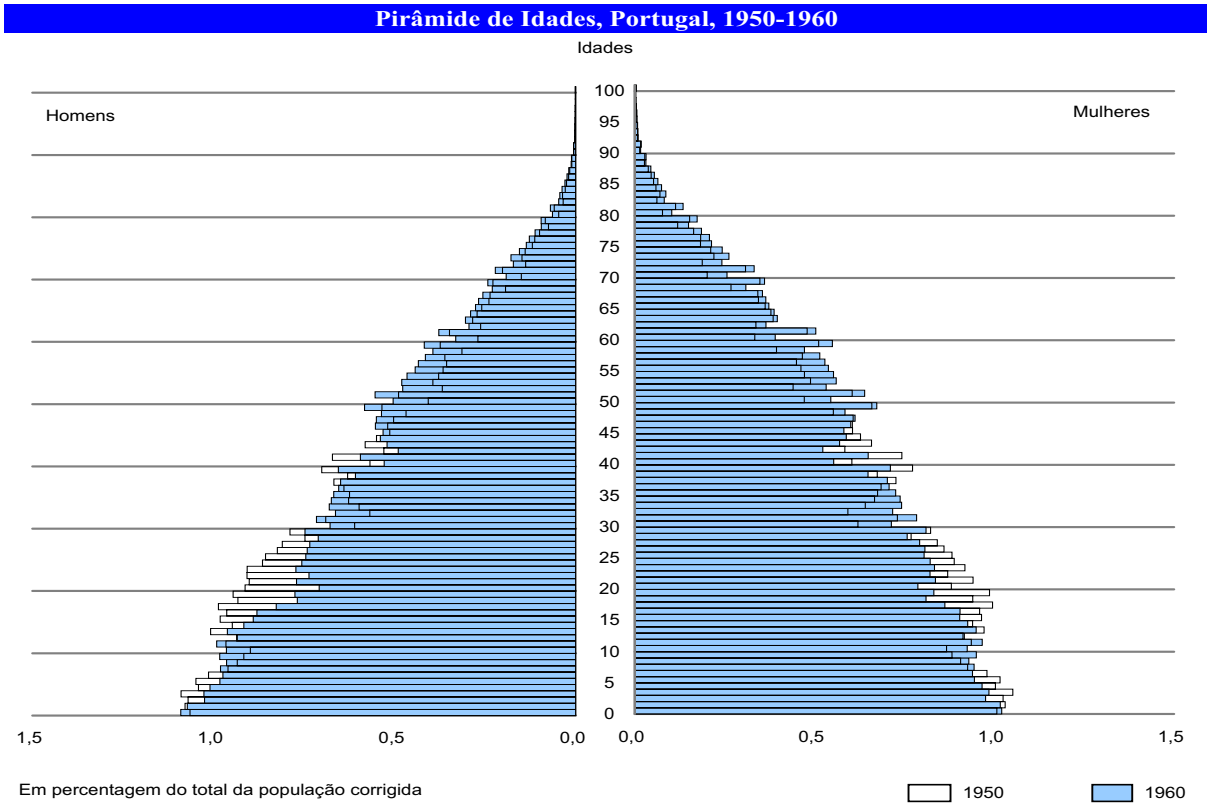


Em 1940, a pirâmide revela novamente alterações na sua estrutura. Voltam-se a sentir os efeitos da quebra da natalidade na base da pirâmide, que se apresenta mais estreita nas primeiras idades do que nas seguintes, sentindo-se a principal quebra a partir dos 20 anos. Os valores dos efectivos masculinos são superiores aos femininos até aos 25 anos, notando-se a supremacia dos efectivos femininos a partir dos 35 anos. Esta situação é relativamente nova e resulta da queda da emigração, por um lado, e do volume de retornos, por outro lado, dada a situação de guerra internacional. É de salientar, sobretudo nas mulheres, a forte atracção pelas idades terminadas em 0 e 5, fazendo com que a pirâmide tenha uma configuração bastante irregular, sendo, no entanto, mais simétrica do que a anterior.

A pirâmide de 1950 é mais equilibrada, com maior alongamento da base, em relação às idades seguintes, o que traduz a elevada natalidade; as idades dos 5 aos 30 não sofrem grandes alterações, surgindo uma queda entre os 30 - 34 anos, reflexo ainda da crise demográfica de 1911 - 1920. A pirâmide não revela grandes oscilações devido também à quase inexistência de emigração nas duas décadas anteriores. À semelhança das pirâmides anteriores, evidencia-se o aumento da proporção das idades com mais de 60 anos, revelador do acréscimo da duração média de vida.

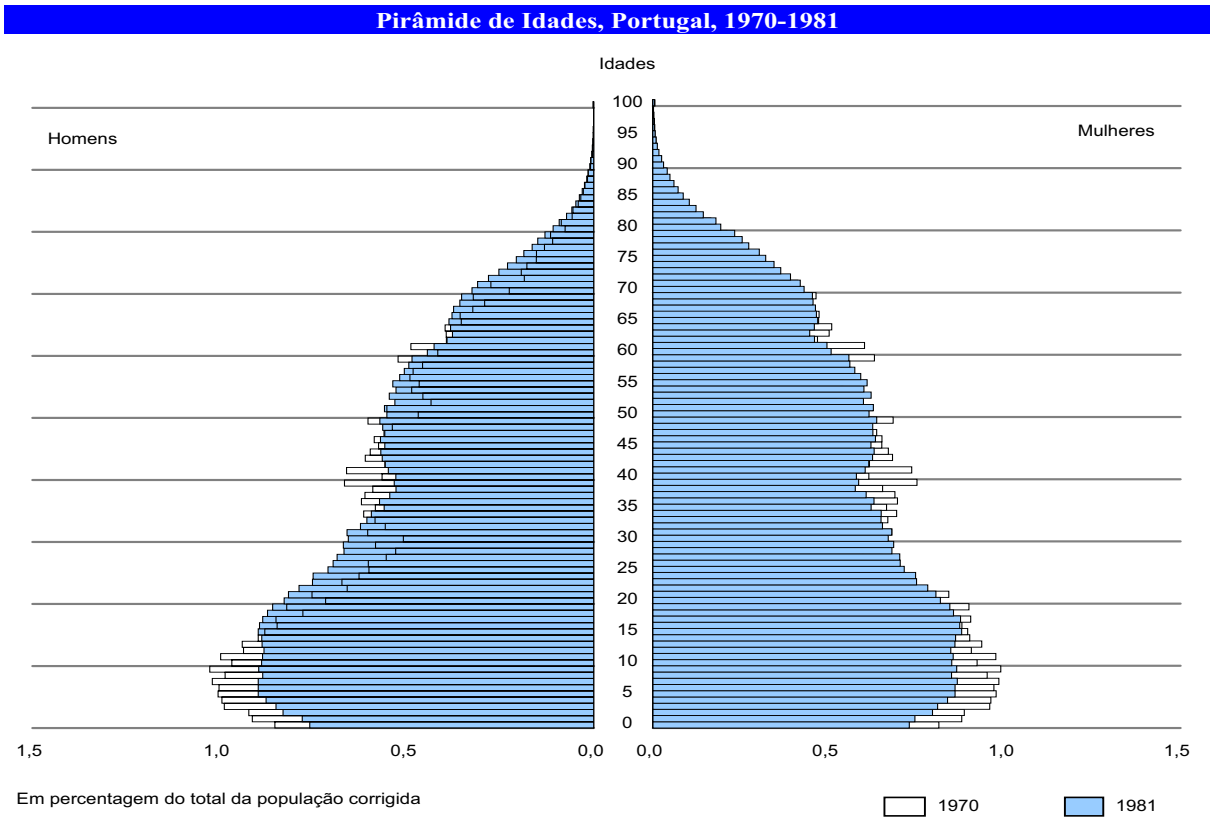
A pirâmide de 1960 volta a ter uma configuração mais irregular, com o fraco crescimento dos grupos de base, o que acaba por ser uma consequência do aumento da duração média de vida, que se continua a verificar, que leva à redução da natalidade. O primeiro desnível verifica-se a seguir aos 15 anos e sobretudo nos homens. O recuo dos 40 - 44 anos ainda se mantém e está relacionado com a crise demográfica do período de 1911 - 1920. Os efeitos do reinicio das saídas de emigrantes da segunda metade do século começam já a reflectir-se nesta pirâmide, sobretudo nos efectivos masculinos, coincidindo com as saídas devido à guerra colonial.

Figura 12



As pirâmides de 1970 e 1981 voltam a apresentar configurações diferentes. Em 1970 a pequena vantagem que se vinha a observar desde 1950 de acréscimo nos primeiros anos da base da pirâmide em relação aos anos seguintes, é perdida por completo. Verifica-se um forte recuo na base da pirâmide, reflexo de certo da queda da natalidade. Mas é entre os 15 e 34 anos e mais acentuadamente nos homens, que se verifica a grande quebra na pirâmide, que se deve aos fortes fluxos imigratórios que já se vinham a sentir nos últimos anos. Observa-se ainda a supremacia dos efectivos femininos sobre os masculinos sobretudo a partir dos 15 anos de idade.

Figura13

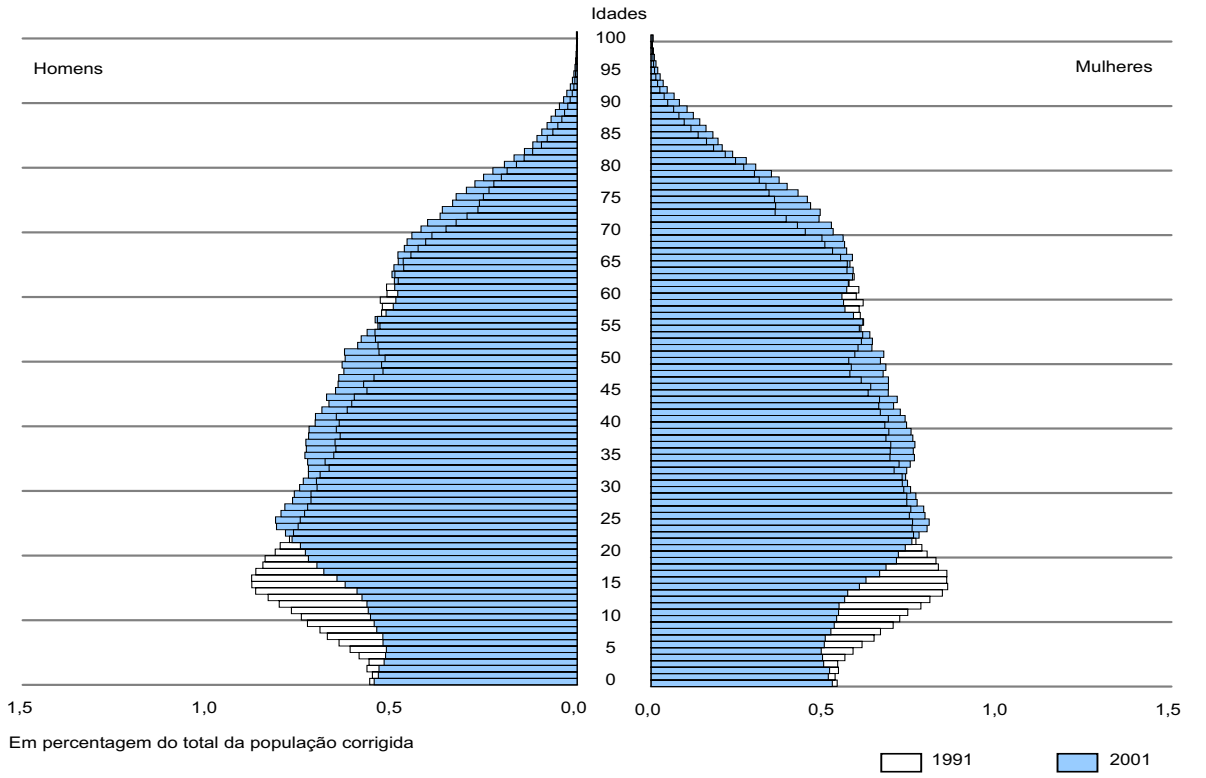


Esta configuração mantém-se na pirâmide de 1981, embora com pequenas alterações. Continua em evidencia o estreitamento da base da pirâmide até aos 5 anos e até aos 20 anos não se observam grandes alterações em ambos os sexos, começando a forte quebra a partir dos 25 anos até aos 44 anos, que corresponde ao atraso do grupo dos 15 - 34 anos, já desfalcado na pirâmide anterior devido às grandes saídas para o estrangeiro. A próxima quebra verifica-se entre os 60 - 65 anos, sendo de notar um alargamento das idades próximas do vértice dado o aumento da esperança de vida, fenómeno que já se vinha a verificar anteriormente.

A pirâmide de 1991 e 2001 de idades sobrepostas apresenta o maior estreitamento de sempre da base de uma pirâmide resultante dos baixos níveis de natalidade. Salienta-se principalmente o seu declínio a meio da década, com uma ligeira recuperação em seguida; o aumento dos indivíduos em idade activa, em 2001, mais forte nos homens, resultante provavelmente do fluxo de imigrantes que se tem vindo a verificar nos últimos anos; e o aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos), o que evidencia um aumento da esperança de vida, superior nas mulheres fruto da sua maior longevidade. Estes aspectos demográficos revelam que se está perante um processo de envelhecimento demográfico tanto no topo como na base da pirâmide.

Figura 14

Pirâmide de Idades, Portugal, 1991-2001



Numa análise global da estrutura etária da população desde 1864, evidencia-se o aumento da proporção de indivíduos de 65 e mais anos e a diminuição dos jovens (menos de 15 anos), principalmente depois de 1940. O aumento da população idosa, com maior intensidade a partir dos anos 50, resultou quer da queda da população jovem, quer da diminuição da população em idade activa devido principalmente à emigração. Mais recentemente, depois de 1981, o aumento da população idosa foi acompanhado pela diminuição da população jovem, acentuando o fenómeno do envelhecimento demográfico, consequente da queda da fecundidade, do aumento da esperança de vida e dos ganhos no campo da mortalidade.

Em 1864, por cada 100 jovens com menos de 15 anos existiam 14 indivíduos com 65 e mais anos. Este índice manteve-se quase estável até 1940, para duplicar em 1970. Em 1991 o índice de envelhecimento elevou-se para 68 indivíduos, e em 2001, passou para 102, ou seja, aumentou mais de sete vezes entre o período de tempo estudado (1864 - 2001).

A proporção entre a população dependente (com menos de 15 anos e com 65 e mais anos) e a população em idade activa (15 - 64 anos), expressa no índice de dependência total, desceu de 63 em 1864 para 48 em 2001, o que traduz que cada 100 indivíduos em idade activa tinham a cargo cerca de 48 jovens e idosos.

Os índices de dependência de jovens e dependência de idosos têm vindo a manifestar tendências opostas. Enquanto que, no Recenseamento de 1864 por cada 100 indivíduos em idade activa 55 eram jovens e 8 eram idosos, no Censo de 2001, essa razão passa para 24 jovens e 24 idosos.

A relação de masculinidade não sofreu importantes variações ao longo do período de 1864 - 2001. No entanto, há a realçar o declínio da relação de masculinidade no ano censitário de 1920, devido, como se sabe, a três

causas principais: a epidemia da gripe pneumónica em 1918, a Grande Guerra e a saída de emigrantes. De notar ainda, que a relação de masculinidade inicia uma tendência decrescente em 1950, atingindo o valor mais baixo em 1970 (por cada 100 mulheres existiam 90 homens). O nível baixo da relação de masculinidade observado no Censo de 1970 deveu-se sobretudo à forte emigração, principalmente dos homens. Em 1981, a relação de masculinidade revela valores mais elevados: por cada 100 mulheres existiam 93 homens, o que reflectiu sobretudo o movimento de regresso de emigrantes. Em 1991 e 2001, observou-se um ligeiro aumento da relação de masculinidade (93,1 e 93,4, respectivamente), reflexo da redução do surto de emigração e da diminuição dos óbitos.

O desequilíbrio existente entre os sexos aumenta com a idade, o que está directamente relacionado com o fenómeno da sobremortalidade masculina às diferentes idades, bem visível na diferença da esperança de vida à nascença, entre os dois sexos.

4. Conclusões

Este estudo teve como objectivo inicial a análise da evolução dos conceitos de população presente e residente e de algumas das suas subcategorias, segundo as variáveis sexo e idade, através dos Recenseamentos Gerais da População portugueses, bem como apresentar uma série de dados cronologicamente comparativos.

A tentativa de construção de conceitos harmonizados e de séries temporais comparativas não foi tarefa fácil uma vez que se levantaram várias dificuldades, tais como a alteração dos conceitos e criação de novos conceitos ao longo dos vários recenseamentos; a imprecisão e a falta de rigor de algumas definições de conceitos e até mesmo A ausência dos mesmos em muitos recenseamentos; a alteração da população de base dos recenseamentos - população presente de 1864 a 1950 e população residente de 1960 a 2001 - a alteração constante dos apuramentos publicados e disponíveis; a redução e a ausência de apuramentos sobre determinadas categorias da população, como é o caso da supressão nos últimos recenseamentos dos apuramentos sobre a população presente; além do próprio grau de qualidade dos dados censitários.

Apesar das dificuldades anteriores, foi possível harmonizar o conceito de população residente segundo o sexo desde o primeiro recenseamento, pela utilização de técnicas que permitiram o cálculo da população residente segundo o sexo para os anos de 1890 a 1930, bem como harmonizar e corrigir as populações dos restantes recenseamentos, nomeadamente a população residente segundo a variável sexo referente aos Censos 1991 e 2001.

Foi conseguido, de algum modo, harmonizar os conceitos de população residente presente e de população residente ausente, para os anos censitários possíveis. No entanto, não foi possível construir uma série de valores para todos os recenseamentos conhecidos.

Não foi ainda conseguida uma harmonização total do conceito de população presente e dos seus efectivos, conseguindo-se, ainda assim, construir uma série de dados segundo a variável sexo, desde 1864.

Além de se proceder à análise do grau de qualidade dos dados censitários observados, foram aplicadas algumas técnicas de correcção aos mesmos, com o objectivo de minimização das incorrecções verificadas, nomeadamente na declaração das idades. Deste modo, foi possível construir uma base de dados com valores de população presente (1864 - 1950) e de população residente (1960 - 2001) corrigidos, segundo o sexo e por idades ano a ano, sendo agora disponibilizados por grandes grupos de idades, perfeitamente comparáveis entre si. Por consequência, foi possível proceder-se à análise das alterações da estrutura etária da população corrigida através de pirâmides por idades ano a ano, para todos os Recenseamentos da População portugueses.

Como principal conclusão refere-se a importância da definição clara e rigorosa dos conceitos utilizados nos recenseamentos, a sua inclusão nas instruções e indicações de recolha da informação e em manuais metodológicos de modo preciso e claro, além da existência imprescindível de tabelas de conversão e compatibilização de variáveis, sempre que se justificar.

Este estudo não se encontra de modo algum finalizado. Constituiu uma primeira tentativa de harmonização de alguns conceitos e respectivos dados, ficando algumas questões por solucionar. Deve ser considerado como uma primeira abordagem, que no futuro, pela aplicação de técnicas mais actualizadas, nomeadamente de tratamento da variável idade, possa vir a ser completado, avançando-se assim na compatibilização das séries e na melhoria da qualidade dos dados apresentados.

5. Bibliografia

Bégeot, François e Eggerickx, Thierry (1993), "Les Recensements en Europe dans les années 1990" in *Population nº 6*, INED, Paris.

Carrilho, Maria José (1991), "Aspectos Demográficos e Sociais da População Portuguesa no Período 1864-1981: Evolução Global do Continente Português" in *Estudos Demográficos nº 30,* Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Carrilho, Maria José e Peixoto, João (1993), "A Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992" in *Estudos Demográficos nº 31,* Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Carrilho, Maria José (1996), "População Activa: Conceito e Extensão através dos Censos" in *Revista de Estatística, 3º Quadrimestre de 1996*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Casimiro, Fernando (1998), "A Avaliação da Qualidade nos Recenseamentos da População e Habitação de 2001 em Portugal" in *Revista de Estatística, 2º Quadrimestre de 1998*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Coeffic, Nicole (1993), "L'Enquête Post-Censitaire de 1990 – Une mesure de l'exhaustivité du recensement" in *Population nº 6*, INED, Paris.

Cónim, Custódio (1977/1978), "A Masculinidade através dos Censos" in *Revista do Centro de Estudos Demográficos nº 23*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Cónim, Custódio (1980), "Algumas Características sobre a Qualidade dos Dados Censitários" in *Estudos nº 57*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Evangelista, João (1971), "Um Século de População Portuguesa (1864 - 1960), *Publicações do Centro de Estudos Demográficos*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Institut National D'Études Demographiques (1973), "Ajustement de Données Imparfaites" in *Sources et Analyse des Données Démographiques*, Deuxième Partie, INED, Paris.

Instituto Nacional de Estatística (1940), *VIII Recenseamento Geral da População em 12 de Dezembro de 1940*, Vol. I - Continente e Ilhas, Imprensa Nacional, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1940), *VIII Recenseamento Geral da População em 12 de Dezembro de 1940*, Vol. XXIV-Relatório, Sociedade Astória Lda., Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1940), *VIII Recenseamento Geral da População*, *1940*, Vol. XXV-Memória Descritiva, Bertrand (Irmãos) Lda., Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1950), *IX Recenseamento Geral da População em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo III, vol. 1º, Bertrand (Irmãos) Lda., Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1960), *X Recenseamento Geral da População em 15 de Dezembro de 1960*, Tomo V, vol. 1º, Manuf. Modesta, Porto.

Instituto Nacional de Estatística (1970), *11º Recenseamento Geral da População, 1970*, *Estimativa a 20%* , 2º volume, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1981), *XII Recenseamento Geral da População, 1981*, Resultados Definitivos - Total do País, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1981), *XII Recenseamento Geral da População, 1981*, Antecedentes, Metodologia e Conceitos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1991), *XIII Recenseamento Geral da População, 1991*, Resultados Definitivos – Portugal, 2ª Edição, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1991), *XIII Recenseamento Geral da População, 1991*, Antecedentes, Metodologia e Conceitos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2000), *Censos 2001, Programa Global*, Instituto Nacional de Estatística, Gabinete dos Censos 2001, Lisboa.

Ministério da Fazenda, Direcção Geral de Estatística (1911), *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Volume III, Parte V, Imprensa Nacional, Lisboa.

Ministério da Fazenda, Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais (1900), *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, Volume III, Typographia de "A Editora", Lisboa.

Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística (1920), *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1920*, Volume I, Imprensa Nacional, Lisboa.

Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística (1930), *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930*, Relatório, Imprensa Nacional, Lisboa.

Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística (1930), *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930*, Volumes I e III, Imprensa Nacional, Lisboa.

Ministério das Obras Publicas, Comércio e Industria, Repartição de Estatística (1864), *Censo da População no 1º de Janeiro de 1864*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Ministério das Obras Publicas, Comércio e Industria, Repartição de Estatística (1878), *Censo da População no 1º de Janeiro de 1878*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Ministério das Obras Publicas, Comércio e Industria, Repartição de Estatística Geral da Direcção de Estatística Geral, Comércio e Indústria (1890), *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Volume III, Imprensa Nacional, Lisboa.

Nações Unidas (1952), "Méthodes permettant d'apprécier l'exactitude de la répartition par groupes d'âges quinquennaux et décennaux, établie à la suite des recensements*", Bulletin Démographique nº 2*, pp. 64-87, New York.

Nações Unidas (1955), "Methods of Appraisal of Quality of Basic Data for Population Estimates" in *Population Studies nº 23*, pp. 31-54, New York.

Nações Unidas (1957), "Méthodes de projections démographiques par sexe et par âge" in *Etudes Démographiques nº 25*, New York.

Pais Morais, Joaquim José (1947), "Método dos Potenciais "I – Análise do Censo", "II – Análise do movimento demográfico, 1941" e "Tentativa de correcção das falsas declarações de idade feitas pelas mulheres no Censo de 1940" in "Alguns aspectos demográficos da população portuguesa", Instituto Nacional de Estatística, *Estudos nº 12*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Pressat, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.

Pressat, Roland (1979), *Dictionnaire de Démographie,* Presses Universitaires de France, Paris.

Shryock, Henry S. e Siegel, Jacob (1976), *The Methods and Materials of Demography,* Academic Press Inc., Washington DC.

Notas

[1] INE, "Movimentos da População – 1887/88"

[2] Cónim refere sobre o tratamento técnico dos casos em que a idade não é declarada: "Na maioria dos casos *a idade desconhecida ou não declarada* é avaliada a partir de selecções aleatórias. No recenseamento de 1970, na ocorrência de idades não declaradas em relação a um dos membros do agregado familiar, este quesito era preenchido tendo como base os dados paralelos referentes aos restantes elementos do agregado por *semelhança* e análise do papel desempenhado por esse indivíduo" (Cónim, 1980, p. 22).

Nos Recenseamentos de 1981 a 2001 o tratamento das idades ignoradas seguiu o processo de "hot-deck", ou seja, foram tidos em consideração os dados referentes ao indivíduo imediatamente anterior no registo e com características idênticas nas restantes variáveis.

[3] O Índice de Whipple apresenta os seguintes níveis: I - Dados muito exactos (menos de 105); II - Dados relativamente exactos (105 - 110); III - Dados aproximados (110 - 125); IV - Dados grosseiros (125 - 175); V - Dados muito grosseiros (175 e mais).

[4] Uma análise dos dados do Recenseamento de 1940 foi elaborada por J.J. Pais Morais em dois trabalhos: Método dos potenciais "I - Análise do Censo", "II - Análise do movimento demográfico, 1941" e "Tentativa de correcção das falsas declarações de idade feitas pelas mulheres no censo de 1940" *in* "Alguns aspectos demográficos da população portuguesa – INE, Estudos n.º 12, pp. 107-135, Imprensa Nacional, 1947.

[5] No plano teórico o Índice Myers situa-se entre 0 e 180. Se todas as declarações de idade estão correctas a soma dos valores absolutos das diferenças é sensivelmente igual a 0. A situação inversa observa-se quando a soma correspondente aos valores absolutos das diferenças é bastante superior a 0.

[6] O Índice de Bachi equivale geralmente a cerca de metade do Índice de Myers, situando-se entre os limites mínimos e máximos de 0 a 90.

[7] O Índice Combinado das Nações Unidas apresenta os seguintes níveis: I - Dados sujeitos a variações fracas ou médias (menos de 20); II - Dados sujeitos a variações relativamente fortes (20 - 40); III - Dados sujeitos a variações extremas ou muito pronunciadas (40 e mais).

[8] Autores como João Evangelista (1971), analisaram a estrutura da população observada por grupos etários quinquenais através da representação de pirâmides etárias.

Quadro 17a

População Presente Observada, segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1864-1920

Portugal - Censo de 1864

Grupos Etários	HM	H	M
Total	4 182 732	2 002 387	2 180 345
0 - 15 anos	1 418 348	724 382	693 966
16 - 25 anos	707 641	317 387	390 254
26 - 65 anos	1 861 709	872 352	989 357
66 e + anos	195 034	88 266	106 768
76 e + anos	54 677	24 331	30 346
16 - 50 anos	2 141 837	994 935	1 146 902

Grupos Etários (%)	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 15 anos	33,9	36,2	31,8
16 - 25 anos	16,9	15,9	17,9
26 - 65 anos	44,5	43,6	45,4
66 e + anos	4,7	4,4	4,9
76 e + anos	1,3	1,2	1,4
16 - 50 anos	51,2	23,8	27,4

Índices (%)	
Dependência Total	62,8
Dependência Jovens	55,2
Dependência Idosos	7,6
Envelhecimento	13,8
Relação de Masculinidade	91,8

Nota: Não inclui idade desconhecida

Portugal - Censo de 1878

Grupos Etários	HM	H	M
Total	4 544 248	2 172 432	2 371 816
0 - 15 anos	1 535 109	780 022	755 087
16 - 25 anos	689 600	320 958	368 642
26 - 65 anos	2 104 495	976 255	1 128 240
66 e + anos	215 044	95 197	119 847
76 e + anos	64 298	27 993	36 305
16 - 50 anos	2 269 229	1 051 528	1 217 701

Grupos Etários (%)	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 15 anos	33,8	35,9	31,8
16 - 25 anos	15,2	14,8	15,5
26 - 65 anos	46,3	44,9	47,6
66 e + anos	4,7	4,4	5,1
76 e + anos	1,4	1,3	1,5
16 - 50 anos	49,9	23,1	26,8

Índices (%)	
Dependência Total	62,6
Dependência Jovens	54,9
Dependência Idosos	7,7
Envelhecimento	14,0
Relação de Masculinidade	91,6

Nota: Não inclui idade desconhecida

Portugal - Censo de 1890

Grupos Etários	HM	H	M
Total	5 030 564	2 420 943	2 609 621
0 - 14 anos	1 669 139	851 630	817 509
15 - 24 anos	866 967	416 229	450 738
25 - 64 anos	2 192 731	1 015 500	1 177 231
65 e + anos	301 727	137 584	164 143
75 e + anos	81 814	36 241	45 573
15 - 49 anos	2 425 937	1 140 517	1 285 420

Grupos Etários (%)	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	33,2	35,2	31,3
15 - 24 anos	17,2	17,2	17,3
25 - 64 anos	43,6	41,9	45,1
65 e + anos	6,0	5,7	6,3
75 e + anos	1,6	1,5	1,7
15 - 49 anos	48,2	22,7	25,6

Índices (%)	
Dependência Total	64,4
Dependência Jovens	54,6
Dependência Idosos	9,9
Envelhecimento	18,1
Relação de Masculinidade	92,8

Nota: Não inclui idade desconhecida

Portugal - Censo de 1900

Grupos Etários	HM	H	M
Total	5 411 013	2 585 851	2 825 162
0 - 14 anos	1 827 541	928 915	898 626
15 - 24 anos	981 328	467 940	513 388
25 - 64 anos	2 292 065	1 054 293	1 237 772
65 e + anos	310 079	134 703	175 376
75 e + anos	96 207	40 964	55 243
15 - 49 anos	2 601 306	1 219 742	1 381 564

Grupos Etários (%)	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	33,8	35,9	31,8
15 - 24 anos	18,1	18,1	18,2
25 - 64 anos	42,4	40,8	43,8
65 e + anos	5,7	5,2	6,2
75 e + anos	1,8	1,6	2,0
15 - 49 anos	48,1	22,5	25,5

Índices (%)	
Dependência Total	65,3
Dependência Jovens	55,8
Dependência Idosos	9,5
Envelhecimento	17,0
Relação de Masculinidade	91,5

Nota: Não inclui idade desconhecida

Portugal - Censo de 1911

Grupos Etários	HM	H	M
Total	5 945 632	2 821 420	3 124 212
0 - 14 anos	2 045 425	1 039 873	1 005 552
15 - 24 anos	1 081 998	511 320	570 678
25 - 64 anos	2 467 348	1 118 965	1 348 383
65 e + anos	350 861	151 262	199 599
75 e + anos	106 742	44 398	62 344
15 - 49 anos	2 845 030	1 315 179	1 529 851

Grupos Etários (%)	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	34,4	36,9	32,2
15 - 24 anos	18,2	18,1	18,3
25 - 64 anos	41,5	39,7	43,2
65 e + anos	5,9	5,4	6,4
75 e + anos	1,8	1,6	2,0
15 - 49 anos	47,9	22,1	25,7

Índices (%)	
Dependência Total	67,5
Dependência Jovens	57,6
Dependência Idosos	9,9
Envelhecimento	17,2
Relação de Masculinidade	90,3

Nota: Não inclui idade desconhecida

Portugal - Censo de 1920

Grupos Etários	HM	H	M
Total	6 005 381	2 842 734	3 162 647
0 - 14 anos	1 967 911	1 000 262	967 649
15 - 24 anos	1 142 723	546 549	596 174
25 - 64 anos	2 538 852	1 146 057	1 392 795
65 e + anos	355 895	149 866	206 029
75 e + anos	109 020	43 831	65 189
15 - 49 anos	2 980 823	1 381 161	1 599 662

Grupos Etários (%)	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	32,8	35,2	30,6
15 - 24 anos	19,0	19,2	18,9
25 - 64 anos	42,3	40,3	44,0
65 e + anos	5,9	5,3	6,5
75 e + anos	1,8	1,5	2,1
15 - 49 anos	49,6	23,0	26,6

Índices (%)	
Dependência Total	63,1
Dependência Jovens	53,5
Dependência Idosos	9,7
Envelhecimento	18,1
Relação de Masculinidade	89,9

Nota: Não inclui idade desconhecida

Quadro 17a (cont.)

População Presente Observada, segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1930-1950

Portugal - Censo de 1930

Grupos Etários	HM	H	M
Total	6 813 166	3 249 840	3 563 326
0 - 14 anos	2 178 102	1 106 563	1 071 539
15 - 24 anos	1 308 414	641 751	666 663
25 - 64 anos	2 903 019	1 326 316	1 576 703
65 e + anos	423 631	175 210	248 421
75 e + anos	133 507	51 894	81 613
15 - 49 anos	3 404 619	1 604 917	1 799 702

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	32,0	34,0	30,1
15 - 24 anos	19,2	19,7	18,7
25 - 64 anos	42,6	40,8	44,2
65 e + anos	6,2	5,4	7,0
75 e + anos	2,0	1,6	2,3
15 - 49 anos	50,0	23,6	26,4

Índices	(%)
Dependência Total	61,8
Dependência Jovens	51,7
Dependência Idosos	10,1
Envelhecimento	19,4
Relação de Masculinidade	91,2

Nota: Não inclui idade desconhecida

Portugal - Censo de 1940

Grupos Etários	HM	H	M
Total	7 698 581	3 701 093	3 997 488
0 - 14 anos	2 468 218	1 260 162	1 208 056
15 - 24 anos	1 379 164	687 917	691 247
25 - 64 anos	3 352 907	1 553 587	1 799 320
65 e + anos	498 292	199 427	298 865
75 e + anos	163 878	60 253	103 625
15 - 49 anos	3 838 155	1 847 892	1 990 263

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	32,1	34,0	30,2
15 - 24 anos	17,9	18,6	17,3
25 - 64 anos	43,6	42,0	45,0
65 e + anos	6,5	5,4	7,5
75 e + anos	2,1	1,6	2,6
15 - 49 anos	49,9	24,0	25,9

Índices	(%)
Dependência Total	62,7
Dependência Jovens	52,2
Dependência Idosos	10,5
Envelhecimento	20,2
Relação de Masculinidade	92,6

Portugal - Censo de 1950

Grupos Etários	HM	H	M
Total	8 441 312	4 060 266	4 381 046
0 - 14 anos	2 488 085	1 266 776	1 221 309
15 - 24 anos	1 572 667	784 498	788 169
25 - 64 anos	3 791 045	1 777 245	2 013 800
65 e + anos	589 515	231 747	357 768
75 e + anos	191 015	68 290	122 725
15 - 49 anos	4 347 130	2 114 346	2 232 784

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	29,5	31,2	27,9
15 - 24 anos	18,6	19,3	18,0
25 - 64 anos	44,9	43,8	46,0
65 e + anos	7,0	5,7	8,2
75 e + anos	2,3	1,7	2,8
15 - 49 anos	51,5	25,0	26,5

Índices	(%)
Dependência Total	57,4
Dependência Jovens	46,4
Dependência Idosos	11,0
Envelhecimento	23,7
Relação de Masculinidade	92,7

Quadro 17b

População Residente Observada, segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1960-2001

Portugal - Censo de 1960

Grupos Etários	HM	H	M	Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	8 889 392	4 254 416	4 634 976	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	59,1
0 - 14 anos	2 591 955	1 319 474	1 272 481	**0 - 14 anos**	29,2	31,0	27,5	**Dependência Jovens**	46,4
15 - 24 anos	1 452 429	702 775	749 654	**15 - 24 anos**	16,3	16,5	16,2	**Dependência Idosos**	12,7
25 - 64 anos	4 136 439	1 951 682	2 184 757	**25 - 64 anos**	46,5	45,9	47,1		
65 e + anos	708 569	280 485	428 084	**65 e + anos**	8,0	6,6	9,2	**Envelhecimento**	27,3
75 e + anos	238 121	85 153	152 968	**75 e + anos**	2,7	2,0	3,3	**Relação de**	
15 - 49 anos	4 364 394	2 100 474	2 263 920	**15 - 49 anos**	49,1	23,6	25,5	**Masculinidade**	91,8

Portugal - Censo de 1970

Grupos Etários	HM	H	M	Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	8 611 125	4 089 165	4 521 960	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	61,7
0 - 14 anos	2 451 850	1 245 480	1 206 370	**0 - 14 anos**	28,5	30,5	26,7	**Dependência Jovens**	46,0
15 - 24 anos	1 358 940	653 435	705 505	**15 - 24 anos**	15,8	16,0	15,6	**Dependência Idosos**	15,6
25 - 64 anos	3 967 575	1 857 705	2 109 870	**25 - 64 anos**	46,1	45,4	46,7		
65 e + anos	832 760	332 545	500 215	**65 e + anos**	9,7	8,1	11,1	**Envelhecimento**	34,0
75 e + anos	272 790	98 230	174 560	**75 e + anos**	3,2	2,4	3,9	**Relação de**	
15 - 49 anos	4 032 015	1 911 620	2 120 395	**15 - 49 anos**	46,8	22,2	24,6	**Masculinidade**	90,4

Portugal - Censo de 1981

Grupos Etários	HM	H	M	Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	9 833 014	4 737 715	5 095 299	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	58,6
0 - 14 anos	2 508 673	1 279 728	1 228 945	**0 - 14 anos**	25,5	27,0	24,1	**Dependência Jovens**	40,5
15 - 24 anos	1 628 059	819 461	808 598	**15 - 24 anos**	16,6	17,3	15,9	**Dependência Idosos**	18,2
25 - 64 anos	4 570 824	2 181 728	2 389 096	**25 - 64 anos**	46,5	46,1	46,9		
65 e + anos	1 125 458	456 798	668 660	**65 e + anos**	11,4	9,6	13,1	**Envelhecimento**	44,9
75 e + anos	384 812	135 580	249 232	**75 e + anos**	3,9	2,9	4,9	**Relação de**	
15 - 49 anos	4 664 401	2 284 516	2 379 885	**15 - 49 anos**	47,4	23,2	24,2	**Masculinidade**	93,0

Portugal - Censo de 1991

Grupos Etários	HM	H	M	Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	9 867 147	4 756 775	5 110 372	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	50,6
0 - 14 anos	1 972 403	1 008 636	963 767	**0 - 14 anos**	20,0	21,2	18,9	**Dependência Jovens**	30,1
15 - 24 anos	1 610 836	814 891	795 945	**15 - 24 anos**	16,3	17,1	15,6	**Dependência Idosos**	20,5
25 - 64 anos	4 941 164	2 375 675	2 565 489	**25 - 64 anos**	50,1	49,9	50,2		
65 e + anos	1 342 744	557 573	785 171	**65 e + anos**	13,6	11,7	15,4	**Envelhecimento**	68,1
75 e + anos	527 948	196 357	331 591	**75 e + anos**	5,4	4,1	6,5	**Relação de**	
15 - 49 anos	4 897 288	2 416 528	2 480 760	**15 - 49 anos**	49,6	24,5	25,1	**Masculinidade**	93,1

Portugal - Censo de 2001

Grupos Etários	HM	H	M	Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	10 356 117	5 000 141	5 355 976	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	47,8
0 - 14 anos	1 656 602	847 553	809 049	**0 - 14 anos**	16,0	17,0	15,1	**Dependência Jovens**	23,6
15 - 24 anos	1 479 587	751 509	728 078	**15 - 24 anos**	14,3	15,0	13,6	**Dependência Idosos**	24,2
25 - 64 anos	5 526 435	2 692 861	2 833 574	**25 - 64 anos**	53,4	53,9	52,9		
65 e + anos	1 693 493	708 218	985 275	**65 e + anos**	16,4	14,2	18,4	**Envelhecimento**	102,2
75 e + anos	701 366	267 373	433 993	**75 e + anos**	6,8	5,3	8,1	**Relação de**	
15 - 49 anos	5 241 138	2 609 808	2 631 330	**15 - 49 anos**	50,6	25,2	25,4	**Masculinidade**	93,4

Quadro 28a

População Presente Corrigida, segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1864-1920

Portugal - Censo de 1864

Grupos Etários	HM	H	M
Total	4 194 257	2 009 019	2 185 238
0 - 14 anos	1 423 665	726 818	696 847
15 - 24 anos	713 942	321 308	392 634
25 - 64 anos	1 863 805	873 453	990 352
65 e + anos	192 845	87 440	105 405
75 e + anos	52 788	23 587	29 201
15 - 49 anos	2 144 674	997 373	1 147 301

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	33,9	36,2	31,9
15 - 24 anos	17,0	16,0	18,0
25 - 64 anos	44,4	43,5	45,3
65 e + anos	4,6	4,4	4,8
75 e + anos	1,3	1,2	1,3
15 - 49 anos	51,1	23,8	27,4

Índices	(%)
Dependência Total	62,7
Dependência Jovens	55,2
Dependência Idosos	7,5
Envelhecimento	13,5
Relação de Masculinidade	91,9

Portugal - Censo de 1878

Grupos Etários	HM	H	M
Total	4 555 490	2 178 606	2 376 884
0 - 14 anos	1 543 692	784 088	759 604
15 - 24 anos	776 720	360 496	416 224
25 - 64 anos	2 022 218	939 652	1 082 566
65 e + anos	212 860	94 370	118 490
75 e + anos	62 317	27 155	35 162
15 - 49 anos	2 269 182	1 052 295	1 216 887

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	33,9	36,0	32,0
15 - 24 anos	17,1	16,5	17,5
25 - 64 anos	44,4	43,1	45,5
65 e + anos	4,7	4,3	5,0
75 e + anos	1,4	1,2	1,5
15 - 49 anos	49,8	23,1	26,7

Índices	(%)
Dependência Total	62,8
Dependência Jovens	55,2
Dependência Idosos	7,6
Envelhecimento	13,8
Relação de Masculinidade	91,7

Portugal - Censo de 1890

Grupos Etários	HM	H	M
Total	5 051 932	2 431 574	2 620 358
0 - 14 anos	1 675 328	854 710	820 618
15 - 24 anos	870 925	418 498	452 427
25 - 64 anos	2 199 504	1 018 808	1 180 696
65 e + anos	306 175	139 558	166 617
75 e + anos	84 349	37 318	47 031
15 - 49 anos	2 437 516	1 146 479	1 291 037

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	33,2	35,2	31,3
15 - 24 anos	17,2	17,2	17,3
25 - 64 anos	43,5	41,9	45,1
65 e + anos	6,1	5,7	6,4
75 e + anos	1,7	1,5	1,8
15 - 49 anos	48,2	22,7	25,6

Índices	(%)
Dependência Total	64,5
Dependência Jovens	54,6
Dependência Idosos	10,0
Envelhecimento	18,3
Relação de Masculinidade	92,8

Portugal - Censo de 1900

Grupos Etários	HM	H	M
Total	5 424 985	2 592 589	2 832 396
0 - 14 anos	1 831 028	930 582	900 446
15 - 24 anos	983 339	469 326	514 013
25 - 64 anos	2 296 231	1 056 180	1 240 051
65 e + anos	314 387	136 501	177 886
75 e + anos	98 570	41 889	56 681
15 - 49 anos	2 609 794	1 223 961	1 385 833

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	33,8	35,9	31,8
15 - 24 anos	18,1	18,1	18,1
25 - 64 anos	42,3	40,7	43,8
65 e + anos	5,8	5,3	6,3
75 e + anos	1,8	1,6	2,0
15 - 49 anos	48,1	22,6	25,5

Índices	(%)
Dependência Total	65,4
Dependência Jovens	55,8
Dependência Idosos	9,6
Envelhecimento	17,2
Relação de Masculinidade	91,5

Portugal - Censo de 1911

Grupos Etários	HM	H	M
Total	5 959 476	2 828 391	3 131 085
0 - 14 anos	2 047 303	1 040 875	1 006 428
15 - 24 anos	1 084 092	512 779	571 313
25 - 64 anos	2 472 686	1 121 618	1 351 068
65 e + anos	355 395	153 119	202 276
75 e + anos	109 645	45 520	64 125
15 - 49 anos	2 854 243	1 319 898	1 534 345

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	34,4	36,8	32,1
15 - 24 anos	18,2	18,1	18,2
25 - 64 anos	41,5	39,7	43,2
65 e + anos	6,0	5,4	6,5
75 e + anos	1,8	1,6	2,0
15 - 49 anos	47,9	22,1	25,7

Índices	(%)
Dependência Total	67,6
Dependência Jovens	57,6
Dependência Idosos	10,0
Envelhecimento	17,4
Relação de Masculinidade	90,3

Portugal - Censo de 1920

Grupos Etários	HM	H	M
Total	6 030 593	2 854 573	3 176 020
0 - 14 anos	1 972 927	1 002 602	970 325
15 - 24 anos	1 147 777	549 319	598 458
25 - 64 anos	2 549 864	1 151 107	1 398 757
65 e + anos	360 025	151 545	208 480
75 e + anos	111 313	44 707	66 606
15 - 49 anos	2 995 395	1 388 113	1 607 282

Grupos Etários	HM (%)	H (%)	M (%)
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	32,7	35,1	30,6
15 - 24 anos	19,0	19,2	18,8
25 - 64 anos	42,3	40,3	44,0
65 e + anos	6,0	5,3	6,6
75 e + anos	1,8	1,6	2,1
15 - 49 anos	49,7	23,0	26,7

Índices	(%)
Dependência Total	63,1
Dependência Jovens	53,4
Dependência Idosos	9,7
Envelhecimento	18,2
Relação de Masculinidade	89,9

Quadro 28a (cont.)

População Presente Corrigida, segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1930-1950

Portugal - Censo de 1930

Grupos Étários	HM	H	M	Grupos Étários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	6 820 863	3 253 307	3 567 556	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	61,8
0 - 14 anos	2 179 007	1 106 790	1 072 217	**0 - 14 anos**	31,9	34,0	30,1	**Dependência Jovens**	51,7
15 - 24 anos	1 307 266	641 109	666 157	**15 - 24 anos**	19,2	19,7	18,7	**Dependência Idosos**	10,1
25 - 64 anos	2 908 709	1 329 267	1 579 442	**25 - 64 anos**	42,6	40,9	44,3		
65 e + anos	425 881	176 141	249 740	**65 e + anos**	6,2	5,4	7,0	**Envelhecimento**	19,5
75 e + anos	134 786	52 347	82 439	**75 e + anos**	2,0	1,6	2,3	**Relação de**	
15 - 49 anos	3 409 255	1 607 277	1 801 978	**15 - 49 anos**	50,0	23,6	26,4	**Masculinidade**	91,2

Portugal - Censo de 1940

Grupos Étários	HM	H	M	Grupos Étários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	7 698 758	3 702 178	3 996 580	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	62,5
0 - 14 anos	2 467 248	1 260 672	1 206 576	**0 - 14 anos**	32,0	34,1	30,2	**Dependência Jovens**	52,1
15 - 24 anos	1 383 353	689 664	693 689	**15 - 24 anos**	18,0	18,6	17,4	**Dependência Idosos**	10,4
25 - 64 anos	3 353 470	1 553 293	1 800 177	**25 - 64 anos**	43,6	42,0	45,0		
65 e + anos	494 687	198 549	296 138	**65 e + anos**	6,4	5,4	7,4	**Envelhecimento**	20,1
75 e + anos	161 494	59 845	101 649	**75 e + anos**	2,1	1,6	2,5	**Relação de**	
15 - 49 anos	3 854 620	1 854 098	2 000 522	**15 - 49 anos**	50,1	24,1	26,0	**Masculinidade**	92,6

Portugal - Censo de 1950

Grupos Étários	HM	H	M	Grupos Étários	HM (%)	H (%)	M (%)	Índices	(%)
Total	8 439 619	4 059 511	4 380 108	**Total**	100,0	100,0	100,0	**Dependência Total**	57,2
0 - 14 anos	2 483 361	1 263 743	1 219 618	**0 - 14 anos**	29,4	31,1	27,8	**Dependência Jovens**	46,3
15 - 24 anos	1 573 695	785 217	788 478	**15 - 24 anos**	18,6	19,3	18,0	**Dependência Idosos**	11,0
25 - 64 anos	3 793 670	1 778 719	2 014 951	**25 - 64 anos**	45,0	43,8	46,0		
65 e + anos	588 893	231 832	357 061	**65 e + anos**	7,0	5,7	8,2	**Envelhecimento**	23,7
75 e + anos	189 796	68 199	121 597	**75 e + anos**	2,2	1,7	2,8	**Relação de**	
15 - 49 anos	4 361 310	2 120 929	2 240 381	**15 - 49 anos**	51,7	25,1	26,5	**Masculinidade**	92,7

Quadro 28b

População Residente Corrigida, segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1960-2001

Portugal - Censo de 1960

Grupos Etários	HM	H	M
Total	8 894 869	4 257 574	4 637 295
0 - 14 anos	2 599 516	1 323 271	1 276 245
15 - 24 anos	1 449 442	701 469	747 973
25 - 64 anos	4 137 175	1 952 055	2 185 120
65 e + anos	708 736	280 779	427 957
75 e + anos	238 022	85 444	152 578
15 - 49 anos	4 371 412	2 103 126	2 268 286

(%)

Grupos Etários	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	29,2	31,1	27,5
15 - 24 anos	16,3	16,5	16,1
25 - 64 anos	46,5	45,8	47,1
65 e + anos	8,0	6,6	9,2
75 e + anos	2,7	2,0	3,3
15 - 49 anos	49,1	23,6	25,5

(%)

Índices	
Dependência Total	59,2
Dependência Jovens	46,5
Dependência Idosos	12,7
Envelhecimento	27,3
Relação de Masculinidade	91,8

Portugal - Censo de 1970

Grupos Etários	HM	H	M
Total	8 609 525	4 088 446	4 521 079
0 - 14 anos	2 448 276	1 243 458	1 204 818
15 - 24 anos	1 363 081	654 688	708 393
25 - 64 anos	3 967 935	1 858 825	2 109 110
65 e + anos	830 233	331 475	498 758
75 e + anos	272 688	98 165	174 523
15 - 49 anos	4 045 971	1 917 988	2 127 983

(%)

Grupos Etários	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	28,4	30,4	26,6
15 - 24 anos	15,8	16,0	15,7
25 - 64 anos	46,1	45,5	46,7
65 e + anos	9,6	8,1	11,0
75 e + anos	3,2	2,4	3,9
15 - 49 anos	47,0	22,3	24,7

(%)

Índices	
Dependência Total	61,5
Dependência Jovens	45,9
Dependência Idosos	15,6
Envelhecimento	33,9
Relação de Masculinidade	90,4

Portugal - Censo de 1981

Grupos Etários	HM	H	M
Total	9 827 154	4 734 675	5 092 479
0 - 14 anos	2 503 569	1 276 924	1 226 645
15 - 24 anos	1 627 912	819 504	808 408
25 - 64 anos	4 570 348	2 181 419	2 388 929
65 e + anos	1 125 325	456 828	668 497
75 e + anos	387 380	136 860	250 520
15 - 49 anos	4 664 469	2 284 610	2 379 859

(%)

Grupos Etários	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	25,5	27,0	24,1
15 - 24 anos	16,6	17,3	15,9
25 - 64 anos	46,5	46,1	46,9
65 e + anos	11,5	9,6	13,1
75 e + anos	3,9	2,9	4,9
15 - 49 anos	47,5	23,2	24,2

(%)

Índices	
Dependência Total	58,5
Dependência Jovens	40,4
Dependência Idosos	18,2
Envelhecimento	44,9
Relação de Masculinidade	93,0

Portugal - Censo de 1991

Grupos Etários	HM	H	M
Total	9 866 012	4 756 170	5 109 842
0 - 14 anos	1 973 178	1 008 945	964 233
15 - 24 anos	1 608 504	813 505	794 999
25 - 64 anos	4 940 168	2 375 350	2 564 818
65 e + anos	1 344 162	558 370	785 792
75 e + anos	528 800	196 808	331 992
15 - 49 anos	4 898 149	2 416 893	2 481 256

(%)

Grupos Etários	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	20,0	21,2	18,9
15 - 24 anos	16,3	17,1	15,6
25 - 64 anos	50,1	49,9	50,2
65 e + anos	13,6	11,7	15,4
75 e + anos	5,4	4,1	6,5
15 - 49 anos	49,6	24,5	25,1

(%)

Índices	
Dependência Total	50,7
Dependência Jovens	30,1
Dependência Idosos	20,5
Envelhecimento	68,1
Relação de Masculinidade	93,1

Portugal - Censo de 2001

Grupos Etários	HM	H	M
Total	10 354 854	4 999 666	5 355 188
0 - 14 anos	1 657 351	848 157	809 195
15 - 24 anos	1 478 347	750 809	727 538
25 - 64 anos	5 526 776	2 692 773	2 834 004
65 e + anos	1 692 380	707 928	984 452
75 e + anos	703 790	268 610	435 180
15 - 49 anos	5 239 020	2 608 624	2 630 397

(%)

Grupos Etários	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos	16,0	17,0	15,1
15 - 24 anos	14,3	15,0	13,6
25 - 64 anos	53,4	53,9	52,9
65 e + anos	16,3	14,2	18,4
75 e + anos	6,8	5,4	8,1
15 - 49 anos	50,6	25,2	25,4

(%)

Índices	
Dependência Total	47,8
Dependência Jovens	23,7
Dependência Idosos	24,2
Envelhecimento	102,1
Relação de Masculinidade	93,4